

REGIÃO CENTRO



BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2010

07



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas na Região Centro
- 24** Programa de Cooperação Transfronteiriça
Espanha-Portugal – INTERREG IIIA 2000-2006

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 26** O PIB regional — uma análise aplicada à
Região Centro

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Setembro de 2010 | Fotografia da capa: Vitor Ribeiro | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: DallDesign, Unipessoal Lda. | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt





Em 2010, a economia portuguesa voltou a registar pelo segundo trimestre consecutivo sinais de melhoria, invertendo o cenário de recessão que marcou o ano de 2009. O Produto Interno Bruto cresceu 1,5%, o que esteve associado a uma evolução positiva, tanto da procura interna, como da procura externa.

No mercado de trabalho, destacou-se, face ao trimestre anterior, o recuo da taxa de desemprego na Região Centro para 7,7% e a manutenção da taxa de desemprego nacional em 10,6%. No entanto, face ao trimestre homólogo, o número de desempregados aumentou e a população empregada na região voltou a diminuir.

O valor das transacções de bens dos operadores sediados, em Portugal e na Região Centro, com os mercados internacionais aumentou neste trimestre, com particular destaque para as operações com o mercado extra-comunitário que foram as que mais cresceram. Também os sectores da construção e da habitação e da actividade turística revelaram um desempenho favorável na Região Centro no segundo trimestre de 2010.

Relativamente às empresas, verificou-se a nível nacional uma contracção, em termos reais, dos empréstimos que lhes foram concedidos e na Região Centro um crescimento homólogo muito ligeiro (0,1%). Em simultâneo, verificou-se um acréscimo do peso do crédito vencido no crédito concedido o que reflecte as maiores dificuldades financeiras sentidas pelas empresas. Esta situação foi também visível pelo aumento significativo do número de acções de insolvência registadas, tanto em Portugal como na Região Centro, face a igual período do ano anterior, bem como pelo abrandamento observado no número de novas empresas constituídas.

Quanto ao investimento na Região Centro alavancado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), verificou-se que até 30 de Junho de 2010 foram aprovadas na Região Centro 8.297 candidaturas envolvendo um investimento total de 8.343 milhões de euros e 3.241 milhões de euros de fundos comunitários. Estes projectos aprovados na Região Centro representavam 29,3% do número de candidaturas aprovadas no país e 26,5% do total nacional de fundos comunitários atribuídos. Até esta data, tinha sido aprovado, no Programa Operacional Regional – Mais Centro, um valor total de FEDER de 1.013 milhões de euros, mais 133 milhões de euros do que no final de Março, a que correspondia um investimento total de 3.054 milhões de euros. Também a despesa validada de FEDER, no âmbito do Mais Centro, registou um importante aumento, o que resultou numa taxa de execução de 8,3% no final de Junho de 2010.

Neste Boletim, é ainda apresentada uma breve leitura dos desempenhos relativos do PIB per capita nas várias regiões portuguesas ao longo do período 1995-2008. Pretendeu-se avaliar, por um lado, as assimetrias regionais existentes e a sua evolução e, por outro, os processos de convergência e de divergência observados nas regiões, com particular destaque para a Região Centro e para as suas sub-regiões.

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

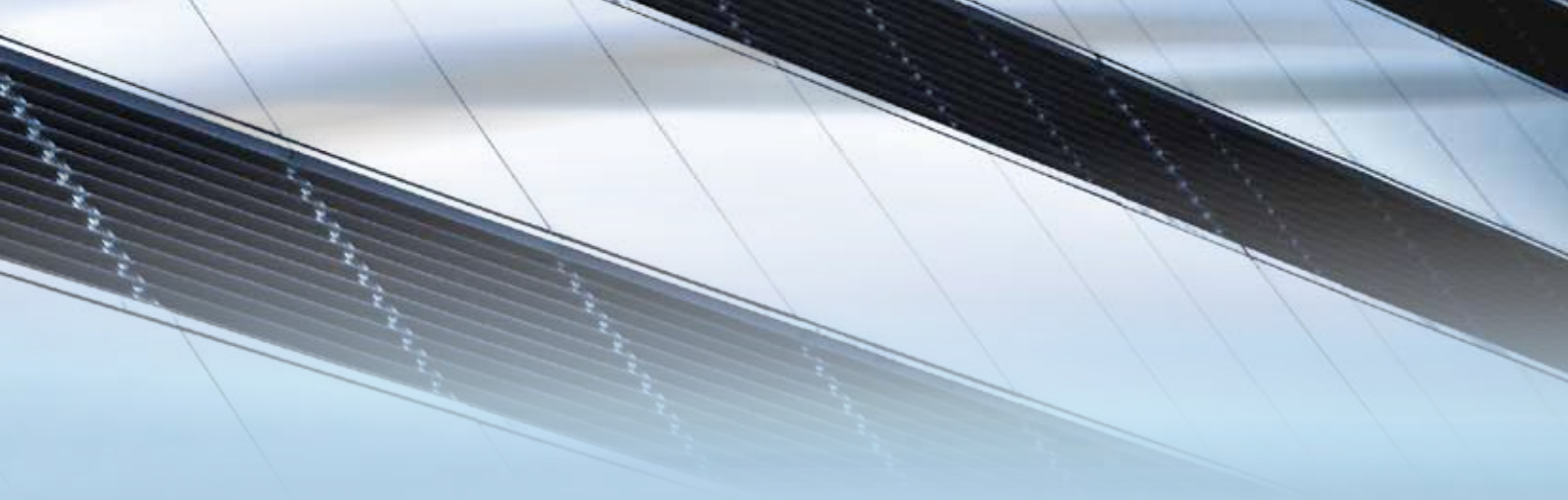
A actividade económica nacional voltou a evidenciar no segundo trimestre de 2010 sinais positivos, reforçando a melhoria observada no trimestre anterior relativamente ao cenário recessivo de 2009. O Produto Interno Bruto cresceu 1,5% face ao mesmo período do ano anterior, resultado de uma melhoria registada tanto na procura interna como na procura externa. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional manteve-se inalterada (10,6%) e quanto ao nível geral dos preços assistiu-se a um crescimento homólogo de 1,0%. No que se refere às percepções dos agentes económicos, verificou-se uma melhoria das expectativas dos empresários enquanto as dos consumidores voltaram a agravar-se.

Quadro 1 - Enquadramento Nacional		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
PIB ¹	v.h. (%)	1,5	1,8	-1,0	-2,3	-3,1	-2,6	0,0
Procura Interna	v.h. (%)	2,2	1,2	-2,0	-2,6	-3,9	-3,0	1,2
Consumo das famílias	v.h. (%)	2,9	2,7	0,2	-1,2	-1,3	-1,0	1,8
Taxa de investimento	%	19,1	19,3	19,7	20,8	20,1	20,2	23,0
Exportações	v.h. (%)	10,1	8,8	-2,0	-9,8	-15,5	-11,8	-0,3
Importações	v.h. (%)	10,4	5,3	-4,3	-8,8	-14,8	-10,9	2,8
VAB	v.h. (%)	1,3	1,8	-0,5	-2,0	-3,0	-2,4	0,5
Taxa de desemprego	%	10,6	10,6	10,1	9,8	9,1	9,5	7,6
IPC - Índice de Preços no Consumidor	v.h. (%)	1,0	0,3	-0,7	-1,5	-1,1	-0,8	2,6
Indicador de confiança dos consumidores	%	-40,1	-35,4	-30,0	-29,5	-43,5	-38,5	-38,4
Indicador de clima económico	%	0,0	-0,6	-0,3	-1,2	-2,7	-1,8	0,3
Taxa de câmbio USD/EUR*	USD v.h. (%)	1,273 -6,5	1,384 6,3	1,478 12,3	1,431 -4,9	1,362 -12,8	1,393 -5,3	1,471 7,3

* USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 1,5% face ao trimestre homólogo² (Quadro 1). O crescimento homólogo do PIB, pelo segundo trimestre consecutivo e após sucessivos decréscimos registados desde final de 2008, esteve associado à evolução positiva quer da procura interna quer da procura externa. No entanto, é de referir que o crescimento do PIB foi menos acentuado do que o observado no primeiro trimestre de 2010, o que se deveu à diminuição do contributo da procura externa líquida (exportações líquidas de importações), segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A procura interna registou o maior aumento homólogo desde o início de 2008 (2,2%), o que resultou do crescimento das despesas de consumo final das famílias (2,9%) e do decréscimo do investimento continuar a ser menor que



nos trimestres anteriores. Apesar da diminuição do investimento neste trimestre ter sido menos intensa, a taxa de investimento, que mede a importância do investimento em percentagem do PIB, fixou-se em 19,1%, o menor valor registado desde 1995³.

No mercado externo, as exportações e as importações aumentaram, em termos homólogos, pelo segundo trimestre consecutivo, contrariando as contínuas diminuições registados ao longo dos anos de 2008 e 2009. As exportações cresceram 10,1% e as importações 10,4%.

No lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado cresceu, em termos homólogos, 1,3%, aumento ligeiramente inferior ao observado no primeiro trimestre do ano. A generalidade dos ramos de actividade registou taxas de variação positivas, sendo que apenas dois ramos registaram uma variação homóloga negativa: “construção” (-3,9%) e “agricultura, silvicultura e pescas” (-2,3%). Com crescimentos homólogos positivos, destacou-se neste trimestre, com as maiores variações, a “energia, água e saneamento” (4,4%) e os “transportes e actividades de informação e comunicação” (3,8%).

Relativamente ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional fixou-se em 10,6% no segundo trimestre de 2010, mantendo-se inalterada face à do trimestre anterior.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou 1,0% face a igual período do ano anterior. O nível médio dos preços cresceu de forma mais intensa nas classes da “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (4,1%), das “bebidas alcoólicas e tabaco” (3,0%) e da “educação” (3,0%). Pelo contrário, atenuando o crescimento dos preços, observaram-se os maiores decréscimos homólogos nas classes das “comunicações” (-2,7%), do “vestuário e calçado” (-1,6%) e dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (-1,5%).

Apesar dos vários indicadores apontarem para uma melhoria da actividade económica, as expectativas dos consumidores voltaram a piorar no segundo trimestre de 2010, segundo o indicador de confiança dos consumidores⁴ do Instituto Nacional de Estatística (INE). No mês de Junho, o indicador de confiança dos consumidores registou o valor mais baixo do último ano, para o qual o contributo mais forte foi dado pelas expectativas negativas sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar. Já as percepções dos empresários relativamente à actividade económica melhoraram ligeiramente, a avaliar pelo indicador de clima económico⁵ do INE.

No segundo trimestre de 2010, a taxa de câmbio⁶ do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga negativa de 6,5%, registando o valor mais baixo desde o terceiro trimestre de 2006. Assistiu-se assim a uma desvalorização do euro tanto relativamente ao seu valor no trimestre anterior como no trimestre homólogo. Com esta desvalorização da moeda nacional (euro), as exportações portuguesas tornaram-se mais competitivas no mercado internacional fora da União Europeia, uma vez que igual quantidade de bens exportados pela União Europeia era agora mais barata, em termos da unidade monetária dólar.

¹Dados adaptados em cada boletim à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais.

²Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.

⁴O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁵O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional.

Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

O segundo trimestre de 2010 foi marcado na Região Centro⁷ por novo recuo no emprego, face a igual período do ano anterior (-0,9%), mas com menos intensidade que nos trimestres anteriores. Esta contracção foi observada apenas nos trabalhadores por conta própria, uma vez que nos trabalhadores por conta de outrem se registou um acréscimo homólogo de 2,1%, invertendo o comportamento do último ano. Os desempregados totalizavam 104 mil indivíduos, originando uma taxa de desemprego de 7,7%, ligeiramente mais baixa do que no trimestre anterior, mas 1,4 pontos percentuais (p.p.) acima da verificada em igual período do ano anterior (6,3%). Apesar da evolução negativa no mercado de trabalho, o salário médio líquido mensal e o custo médio da mão-de-obra para os empregadores registaram uma variação real positiva.

Os resultados do Inquérito ao Emprego, efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2010 indicam a existência de uma diminuição da taxa de actividade (15 e mais anos)⁸ face ao trimestre anterior, tanto na Região Centro como no país (Quadro 2). Contudo, ainda assim, e face ao segundo trimestre de 2009, a Região Centro apresentou valores mais animadores que o território nacional, uma vez que a taxa de actividade na região observou um aumento de 0,5 p.p. enquanto a taxa de actividade nacional foi idêntica. A contribuir para este acréscimo homólogo verificado na região esteve a taxa de actividade feminina. Por seu lado, a população activa masculina decresceu face a igual período do ano anterior, conduzindo à redução da taxa de actividade dos homens. Estas evoluções de sentido contrário que se têm vindo a verificar têm provocado uma diminuição do diferencial habitualmente existente na Região Centro entre a taxa de actividade masculina e a feminina.

No segundo trimestre de 2010, a população activa⁹ continuou a apresentar um crescimento homólogo (0,6%), ainda mais acentuado que no trimestre anterior, altura em que se retomou uma evolução positiva do indicador. Este aumento foi, contudo, consequência apenas do acréscimo no número de desempregados (22,1%), uma vez que o número de empregados sofreu uma redução face ao segundo trimestre de 2009. Refira-se, no entanto, que o decréscimo homólogo no número de empregados tem vindo a ser, sucessivamente, menor ao longo dos últimos quatro trimestres.

Inversamente ao sucedido com a população activa, a população inactiva¹⁰ da região apresentou, no segundo trimestre do ano, uma redução de 1,1% face a igual período do ano anterior. O maior contributo para este decréscimo homólogo proveio dos domésticos que registaram uma variação negativa de 6,2%, face ao segundo trimestre de 2009.

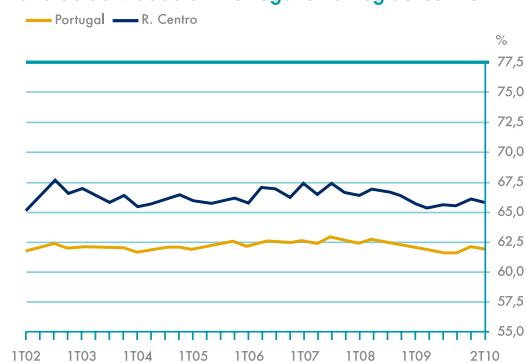
⁷ A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

⁸ A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)".

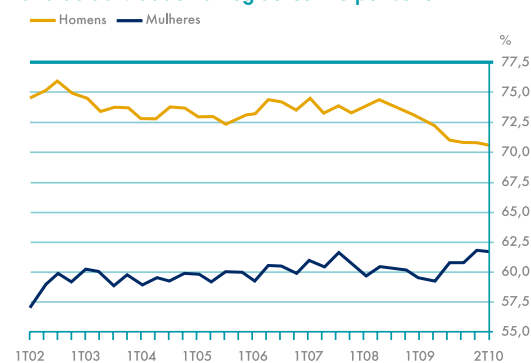
⁹ Segundo o INE, toma-se como população activa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

¹⁰ A população inactiva é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



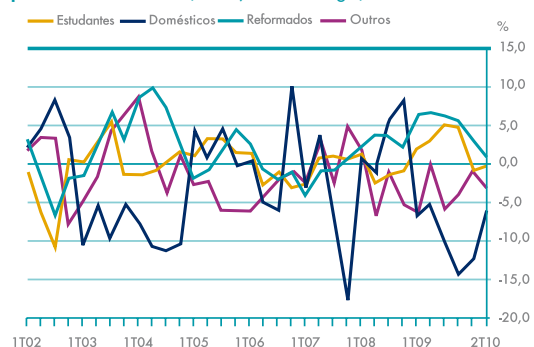
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



População activa e população empregada na Região Centro (variação homóloga)



População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)



Quadro 2 - Actividade

		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Taxa de actividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	61,9	62,1	61,8	61,7	61,9	61,9	62,5	
Região Centro	%	65,9	66,1	65,6	65,7	65,4	65,6	66,7	
	v.h. (p.p.)	0,5	0,3	-0,8	-1,1	-1,6	-1,6	-0,3	
Homens	%	70,5	70,7	70,8	71,0	72,1	71,6	73,8	
Mulheres	%	61,6	61,8	60,7	60,8	59,3	60,1	60,1	
População activa - Região Centro	milhares	1.350,8	1.355,3	1.347,1	1.349,6	1.343,1	1.347,8	1.367,2	
	v.h. (%)	0,6	0,3	-1,2	-1,4	-2,3	-1,4	-0,3	
Empregados	milhares	1.246,8	1.248,1	1.249,2	1.252,1	1.257,9	1.255,1	1.292,7	
	v.h. (%)	-0,9	-1,0	-2,8	-3,0	-3,4	-2,9	-0,1	
Desempregados	milhares	104,0	107,2	97,9	97,4	85,2	92,7	74,5	
	v.h. (%)	22,1	18,8	25,0	24,2	19,2	24,4	-2,7	
População inactiva - Região Centro	milhares	1.028,4	1.024,4	1.036,2	1.033,5	1.039,5	1.035,2	1.017,1	
	v.h. (%)	-1,1	-0,7	1,5	1,8	2,9	1,8	0,4	
Estudantes	milhares	378,1	384,8	391,8	384,9	379,8	386,0	372,0	
	v.h. (%)	-0,4	-0,7	4,8	5,0	3,2	3,8	-0,9	
Domésticos	milhares	97,9	95,5	92,7	98,4	104,4	101,3	111,3	
	v.h. (%)	-6,2	-12,8	-14,5	-10,0	-5,1	-9,0	3,2	
Reformados	milhares	371,1	369,0	373,1	368,9	368,1	367,0	345,3	
	v.h. (%)	0,8	3,1	5,6	6,3	6,7	6,3	3,0	
Outros	milhares	181,3	175,0	178,6	181,4	187,2	181,0	188,4	
	v.h. (%)	-3,2	-1,0	-3,9	-5,7	0,3	-3,9	-3,0	

No segundo trimestre de 2010, observou-se na Região Centro uma taxa de emprego¹¹ de 60,8% (Quadro 3), valor superior ao evidenciado em Portugal (55,4%). Estes registos dão continuidade à tendência de decréscimo verificada para este indicador desde o segundo trimestre de 2008, a qual tem sido, no entanto, menos pronunciada nos últimos trimestres. De facto, a variação homóloga da taxa de emprego na Região Centro (-0,5 p.p.) foi a mais baixa dos últimos quatro trimestres. A quebra na taxa de emprego regional face a igual período do ano anterior deveu-se ao emprego do sexo masculino, já que se constatou uma redução da taxa de emprego dos homens (embora nos últimos trimestres o valor desta taxa se tenha mantido inalterado) e um aumento da taxa de emprego feminina. Na população dos escalões etários dos 15 aos 24 anos e dos 65 anos ou mais também se observou uma redução homóloga das respectivas taxas de emprego, situando-se agora em 30,5% e 30,7%, respectivamente. Estas taxas voltaram a aproximar-se neste trimestre devido à diminuição registada na taxa de emprego dos indivíduos com 65 anos ou mais.

A população empregada na Região Centro cifrou-se, no segundo trimestre de 2010, em 1.246,8 milhares de indivíduos, o valor mais baixo dos últimos 10 anos, não sendo assim de estranhar a variação homóloga negativa registada (-0,9%). Refira-se, no entanto, que o decréscimo homólogo verificado foi inferior ao de anteriores trimestres. Não fosse o acréscimo no emprego da população feminina face ao trimestre homólogo (2,3%) e a variação verificada seria ainda mais negativa. Na desagregação por idades, apenas o emprego de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos observou um crescimento face ao segundo trimestre de 2009, contrariando a evolução que este grupo etário tinha vindo a registar. Ao nível da decomposição do emprego por sector de actividade é de referir que apenas uma classe apresentou crescimento homólogo. Trata-se do sector “Outras actividades de serviços” (9,3%), o qual tem mantido, ao longo dos últimos trimestres, um contributo positivo para o emprego regional. A “Construção” foi o sector em que a população empregada mais diminuiu face ao período homólogo (-6,3%), substituindo-se assim ao sector “Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” que tinha vindo a ocupar esta posição nos trimestres anteriores.

No segundo trimestre de 2010, os trabalhadores por conta de outrem na Região Centro registaram, por comparação com igual período de 2009, um crescimento do seu número de 2,1%, invertendo a variação negativa que vinha sendo registada nos trimestres precedentes. O contributo significativo para este aumento foi dado pelos trabalhadores com contrato com termo já que observaram um franco crescimento face a igual período do ano anterior (13,4%). Também os trabalhadores com contrato sem termo registaram uma variação homóloga positiva, embora marginal (0,1%). Já no que respeita ao regime de duração do trabalho dos trabalhadores por conta de outrem, verificou-se uma redução bastante significativa nos

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre população empregada e população residente com mais de 15 anos de idade.

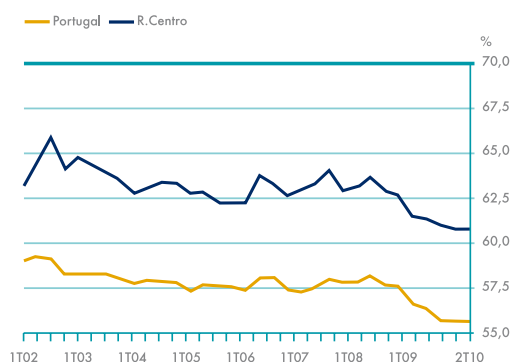
trabalhadores a tempo parcial (-15,0%), comparativamente com o segundo trimestre de 2009, ainda que ligeiramente menos pronunciada que a ocorrida no trimestre anterior. Os empregados a tempo completo mantiveram o crescimento homólogo (3,4%) iniciado no trimestre anterior. Igualmente importante foi o decréscimo, face a idêntico período do ano anterior, nos trabalhadores por conta de outrem que não detinham qualquer grau de escolaridade, o qual atingiu 27,2%. A contrabalançar, verificou-se um crescimento de 18,3% no emprego de indivíduos com ensino secundário e pós-secundário completo.

O emprego por conta própria regional observou, no segundo trimestre de 2010, uma variação homóloga negativa, que se cifrou em 7,6%. O grupo mais afectado foi o dos trabalhadores por conta própria isolados, que registou um decréscimo de 8,2% face ao segundo trimestre de 2009 (a redução mais acentuada dos últimos trimestres). Ao contrário do sucedido no trimestre anterior, os empregadores também denotaram uma diminuição face a idêntico período do ano anterior (-3,7%).

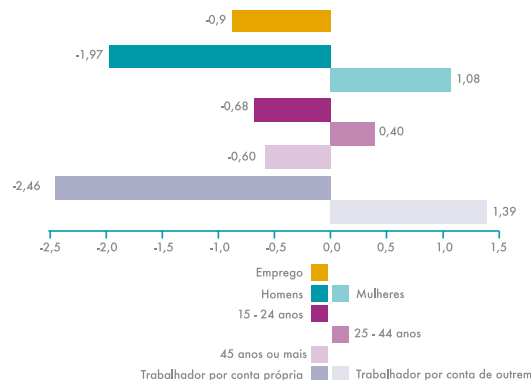
¹² A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa¹³.

¹³ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados", e "Outra situação".

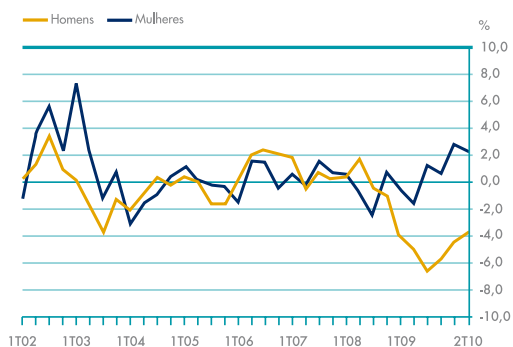
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



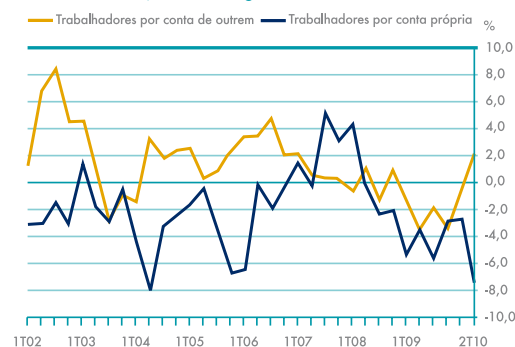
Contributos¹² para a taxa de variação homóloga do emprego na Região Centro (%)



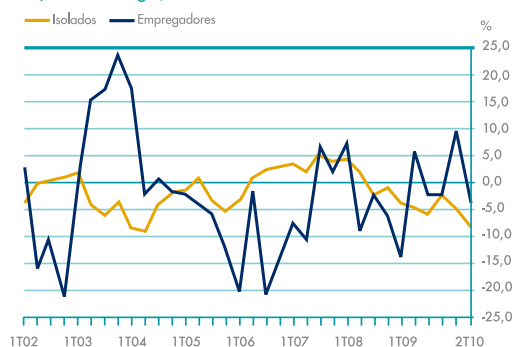
População empregada na Região Centro por sexo (variação homóloga)



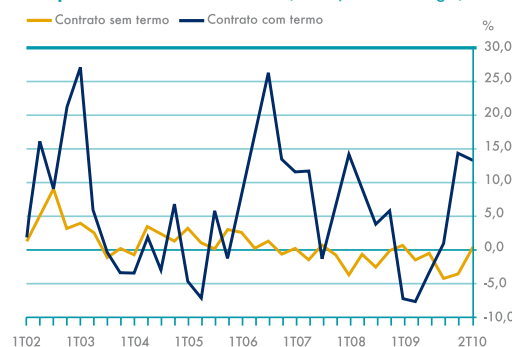
População empregada na Região Centro por situação na profissão¹³ (variação homóloga)



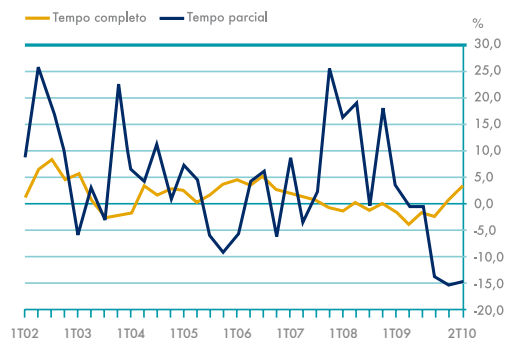
População empregada por conta própria na Região Centro (variação homóloga)



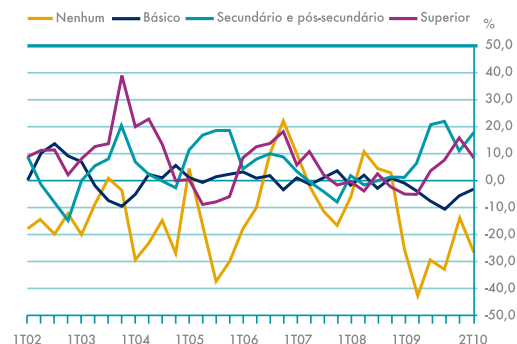
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 - Emprego

		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
		Média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	55,4	55,6	55,6	55,6	56,3	56,0	57,8
Região Centro	%	60,8	60,9	60,8	61,0	61,3	61,2	63,0
	v.h. (p.p.)	- 0,5	- 0,6	- 1,8	- 1,9	- 2,3	- 1,9	- 0,3
Homens	%	65,4	65,4	65,4	66,0	67,9	66,9	70,8
Mulheres	%	56,6	56,7	56,5	56,3	55,2	55,8	55,9
15 - 24 anos	%	30,5	30,5	29,0	31,3	32,9	32,1	36,3
65 anos ou mais	%	30,7	32,0	33,0	33,4	32,7	33,1	34,5
População empregada - Região Centro		milhares	1.246,8	1.248,1	1.249,1	1.252,1	1.255,0	1.292,7
	v.h. (%)	- 0,9	- 1,0	- 2,8	- 3,0	- 3,4	- 2,9	- 0,1
Homens	v.h. (%)	- 3,7	- 4,4	- 5,8	- 6,6	- 5,0	- 5,3	0,2
Mulheres	v.h. (%)	2,3	2,8	0,6	1,2	- 1,6	- 0,1	- 0,5
15 - 24 anos	v.h. (%)	- 10,0	- 15,8	- 26,9	- 17,4	- 9,1	- 14,1	- 1,8
25 - 44 anos	v.h. (%)	0,9	- 0,4	- 0,7	- 3,0	- 4,5	- 2,9	- 0,4
45 anos ou mais	v.h. (%)	- 1,2	0,6	- 0,7	- 0,7	- 1,5	- 1,1	0,4
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v.h. (%)	- 4,7	- 2,6	0,8	- 5,0	- 7,4	- 3,5	- 2,3
Indústria, incluindo energia, gás e água	v.h. (%)	- 5,7	- 8,1	- 9,1	- 9,5	- 4,0	- 5,9	4,3
Construção	v.h. (%)	- 6,3	- 4,3	- 1,6	- 5,0	- 7,5	- 6,1	- 14,4
Comércio e reparações; alojamento e restauração; transportes e comunicações	v.h. (%)	- 0,3	2,5	- 9,4	- 6,1	- 2,5	- 6,0	6,6
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v.h. (%)	- 2,5	- 17,0	- 16,0	- 12,2	6,4	- 3,3	- 3,7
Outras actividades de serviços	v.h. (%)	9,3	8,4	8,9	11,4	0,3	5,5	0,4
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	855,8	841,0	835,6	841,5	838,3	839,9
	v.h. (%)	2,1	- 0,4	- 3,4	- 1,9	- 3,7	- 2,6	- 0,1
Contratos sem termo	v.h. (%)	0,1	- 3,5	- 4,2	- 0,7	- 1,7	- 1,5	- 1,7
Contratos com termo	v.h. (%)	13,4	14,4	0,9	- 3,6	- 7,7	- 4,4	8,1
Tempo completo	v.h. (%)	3,4	0,7	- 2,6	- 1,9	- 4,0	- 2,6	- 0,9
Tempo parcial	v.h. (%)	- 15,0	- 15,2	- 13,9	- 0,4	- 0,5	- 3,1	13,3
Nenhum grau de escolaridade	v.h. (%)	- 27,2	- 14,0	- 33,1	- 30,2	- 43,7	- 33,4	2,8
Básico	v.h. (%)	- 2,9	- 6,1	- 10,4	- 7,4	- 4,2	- 5,7	0,0
Secundário e pós-secundário	v.h. (%)	18,3	11,2	21,9	21,0	6,4	12,5	0,4
Superior	v.h. (%)	8,5	15,0	7,5	3,3	- 5,4	0,0	- 1,1
Trabalhadores por conta própria		milhares	377,4	392,6	399,2	398,4	402,3	421,0
	v.h. (%)	- 7,6	- 2,7	- 2,9	- 5,7	- 3,6	- 4,4	- 0,1
Isolados	v.h. (%)	- 8,2	- 4,6	- 2,9	- 6,2	- 5,0	- 4,5	0,3
Empregadores	v.h. (%)	- 3,7	9,5	- 2,7	- 2,6	5,0	- 3,8	- 3,0

A taxa de desemprego¹⁴ registou, em Portugal e na Região Centro, o valor de 10,6% e 7,7%, respectivamente, no segundo trimestre de 2010 (Quadro 4). Face ao trimestre anterior, isto significou uma redução de 0,2 pontos percentuais para a taxa regional e a manutenção da taxa nacional. Em relação a igual período de 2009 observou-se um comportamento diferente já que se registou um acréscimo em ambas as taxas, verificando-se, na Região Centro, uma variação de 1,4 p.p. e,

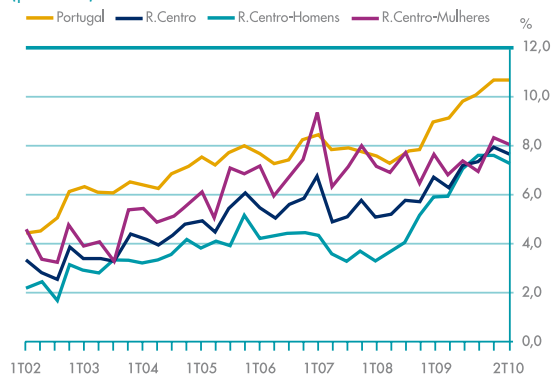
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

em Portugal, de 1,5 p.p.. Também as taxas de desemprego regionais de homens e de mulheres registaram um crescimento homólogo mas uma retracção comparativamente com o trimestre anterior. Contudo, o diferencial entre as taxas de desemprego dos dois sexos aumentou face ao trimestre anterior, continuando a taxa de desemprego feminina (8,1%) mais elevada do que a masculina (7,3%). Numa análise da taxa de desemprego por escalão etário constata-se que a população mais jovem (15 aos 24 anos) continua a ser a mais penalizada, embora de forma sucessivamente menos acentuada, tendo evidenciado uma taxa de 14,9%.

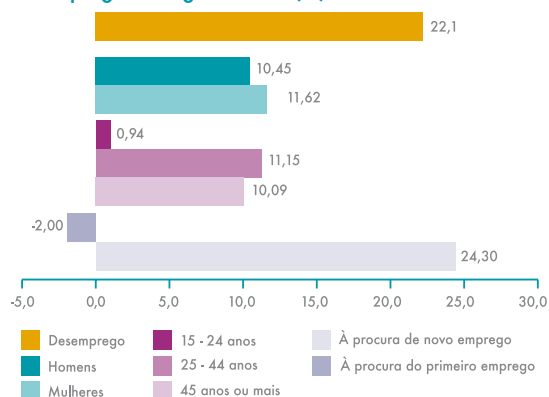
A população desempregada foi estimada em 104 mil indivíduos, no segundo trimestre de 2010, valor inferior ao trimestre anterior mas bastante mais elevado que no trimestre homólogo. O crescimento da população desempregada, face a igual período do ano anterior, foi sentido em ambos os sexos, embora com maior relevância no caso das mulheres, invertendo, desta forma, a tendência de um maior crescimento homólogo do desemprego no sexo masculino desde início de 2008. O aumento do desemprego face ao segundo trimestre de 2009 foi igualmente transversal a todas as faixas etárias e de forma muito acentuada para os indivíduos com 45 ou mais anos (39,3%).

O aumento homólogo da população desempregada deveu-se aos desempregados à procura de novo emprego, uma vez que os indivíduos que procuravam o primeiro emprego diminuíram 17,9%, face ao segundo trimestre de 2009, invertendo a evolução positiva que tinham registado nos dois últimos trimestres. Também os indivíduos em situação de desemprego há menos de 12 meses registaram um decréscimo (-13,5%) face a igual período do ano anterior. Os desempregados que se encontravam nessa situação há um ano ou mais apresentaram um aumento homólogo muito pronunciado (58,9%) tal como tinha sucedido no trimestre anterior.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 - Desemprego

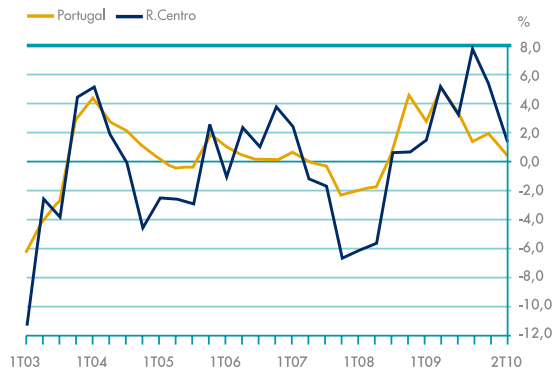
		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
Taxa de desemprego								
Portugal	%	10,6	10,6	10,1	9,8	9,1	9,5	7,6
Região Centro	%	7,7	7,9	7,3	7,2	6,3	6,9	5,4
	v.h. (p.p.)	1,4	1,2	1,6	1,5	1,1	1,5	-0,2
Homens	%	7,3	7,6	7,6	7,0	5,9	6,6	4,0
Mulheres	%	8,1	8,3	6,9	7,4	6,8	7,2	7,1
15 - 24 anos	%	14,9	17,1	21,2	15,7	12,9	16,1	12,1
25 - 44 anos	%	9,5	10,0	8,0	9,4	8,2	8,5	6,5
45 anos ou mais	%	4,9	4,4	4,4	3,8	3,5	3,8	3,3
População desempregada - R. Centro	milhares	104,0	107,2	97,9	97,4	85,2	92,7	74,5
	v.h. (%)	22,1	18,8	25,0	24,2	19,2	24,4	-2,7
Homens	v.h. (%)	21,3	25,3	45,4	69,7	56,6	59,9	8,2
Mulheres	v.h. (%)	22,8	13,3	7,2	-2,4	-3,1	1,7	-8,7
15 - 24 anos	v.h. (%)	6,3	2,5	74,1	27,7	-19,0	19,4	-14,1
25 - 44 anos	v.h. (%)	18,8	22,6	5,7	29,1	42,8	30,0	0,2
45 anos ou mais	v.h. (%)	39,3	21,6	42,3	12,3	7,9	16,7	0,0
À procura do primeiro emprego	v.h. (%)	-17,9	13,5	20,4	-14,9	-20,2	-9,1	2,7
À procura de novo emprego	v.h. (%)	27,4	19,5	25,7	31,4	26,8	30,5	-3,8
Há menos de 12 meses	v.h. (%)	-13,5	-6,9	31,3	34,1	15,1	28,3	-5,6
Há 12 meses ou mais	v.h. (%)	58,9	56,3	16,3	18,4	30,7	21,2	0,9

Apesar da redução ocorrida no emprego e do conseqüente aumento do desemprego, o salário médio líquido mensal apresentou um crescimento homólogo, tanto em termos nominais como reais, em Portugal e na Região Centro, valorizando para os 777 e os 686 euros, respectivamente (Quadro 5). A subida real homóloga foi mais intensa na Região Centro (1,5%) que em Portugal (0,4%), tal como já tinha ocorrido nos dois últimos trimestres.

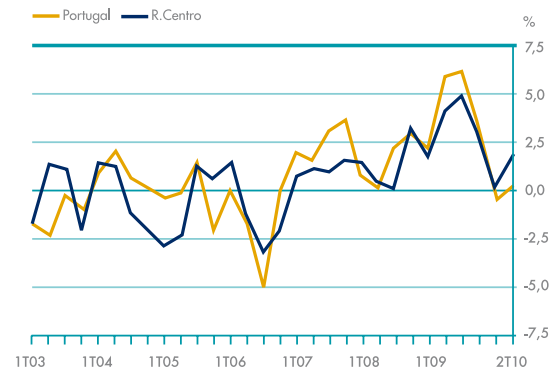
¹⁵ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

O Índice de Custo do Trabalho¹⁵ também registou, no segundo trimestre de 2010, uma evolução positiva comparativamente com igual período do ano anterior, tanto em Portugal como na Região Centro, reflectindo o encarecimento, em termos reais, do custo médio horário do factor trabalho para a entidade empregadora em 0,2% e 1,8%, respectivamente.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro
(variação homóloga real)



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro
(variação homóloga real)



Quadro 5 - Salários e Custos do Trabalho		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	777	773	770	761	766	764	746
	v.h. real (%)	0,4	1,8	1,4	0,0	0,1	3,2	0,3
Região Centro	€	686	694	698	683	669	677	653
	v.h. real (%)	1,5	5,3	7,8	0,0	0,1	4,5	-2,7
Índice de Custo do Trabalho								
Portugal	v.h. real (%)	0,2	-0,4	3,7	6,4	5,9	4,6	1,6
Região Centro	v.h. real (%)	1,8	0,1	2,1	4,9	4,2	3,3	1,3

DESEMPREGO REGISTRADO

O desemprego registado no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), na Região Centro, ascendeu a 104,8 milhares de indivíduos, tendo-se observado um ligeiro recuo no seu número face ao trimestre anterior. Pelo contrário, em termos homólogos, verificou-se um acréscimo de 10,5% no número de desempregados, tendo-se obtido uma taxa de desemprego registado¹⁶ de 6,7%. O acréscimo da taxa de desemprego registado foi sentido em 90 dos 100 municípios que compõem a região.

De acordo com informação divulgada pelo IEFP, no segundo trimestre de 2010, observou-se uma inversão na trajectória ascendente do número de desempregados registados que se vinha a verificar desde o terceiro trimestre de 2009. Tal facto traduziu-se numa ligeira diminuição da taxa de desemprego registado face ao trimestre anterior, tendo-se situado em 6,7%. Para esta contracção contribuiu a redução do número de novos desempregados e o acréscimo das colocações realizadas pelo IEFP em relação ao primeiro trimestre do ano. Não obstante, os valores do desemprego registado, observados nos dois primeiros trimestres de 2010, foram os mais elevados dos últimos 5 anos, ultrapassando a fasquia dos 100 mil indivíduos.

Quadro 6 – Desemprego Registado		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
Dados do IEFP – Região Centro								
Desemprego registado*	milhares	104,8	106,8	98,0	93,8	94,8	94,8	77,5
	v.h. (%)	10,5	15,1	21,0	21,7	26,3	22,3	0,0
Taxa de desemprego registado	%	6,7	6,8	6,3	6,0	6,1	6,1	5,0
Novos desempregados	milhares	31,0	40,0	36,1	40,1	33,1	37,7	34,1
	v.h. (%)	- 6,4	- 3,1	- 4,7	9,0	12,8	10,4	15,7
Colocações do IEFP	milhares	6,9	5,5	5,6	7,1	5,3	5,6	6,1
	v.h. (%)	29,4	29,3	- 4,7	0,7	- 8,9	- 8,3	5,9

* valores médios trimestrais

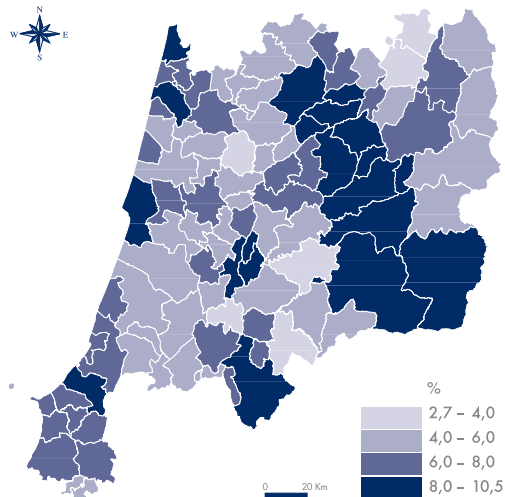
A redução da taxa de desemprego regional face ao trimestre anterior foi igualmente sentida em todas as NUTS III com excepção do Pinhal Interior Norte e da Beira Interior Norte. As sub-regiões que apresentaram as taxas de desemprego registado mais elevadas localizam-se no interior do território regional: Cova da Beira (9,6%), Serra da Estrela (8,8%) e Beira Interior Sul (8,3%). Em contraponto encontravam-se o Pinhal Interior Sul, o Pinhal Litoral e o Médio Tejo com os valores mais baixos do indicador em causa, 4,8%, 5,2% e 5,8%, respectivamente.

Numa análise territorial mais fina da taxa de desemprego registada destacaram-se com os menores valores (abaixo de 4%), no segundo trimestre, os municípios de Oleiros, Trancoso, Mação e Meda, Mortágua e Ferreira do Zêzere. Já no trimestre anterior a maioria destes municípios tinha apresentado as taxas de desemprego registado mais baixas (exceptuavam-se Mortágua e Ferreira do Zêzere que, ainda assim detinham baixos valores para o indicador em causa).

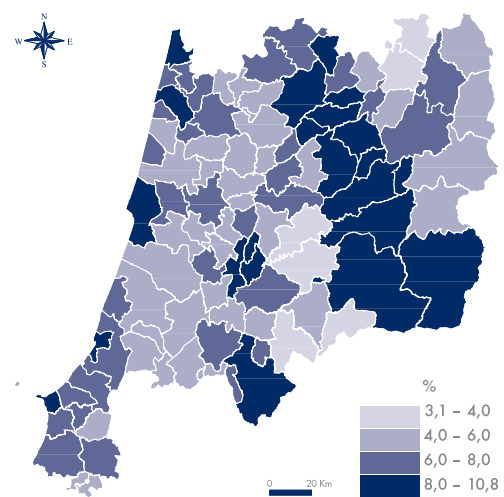
Em situação oposta, com as taxas de desemprego registado mais elevadas encontravam-se a Covilhã (10,5%) e os municípios de Ovar, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Manteigas e Seia, os quais registavam valores superiores a 9%. No que respeita à evolução da taxa de desemprego registado em termos homólogos constatou-se um acréscimo da mesma em 90 dos 100 municípios da Região Centro. Em oposição, as melhorias mais significativas foram encontradas nos municípios de Nelas e Castanheira de Pêra, os quais evidenciaram uma redução da taxa de desemprego registado na ordem dos 0,6 p.p. face ao período homólogo.

¹⁶ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

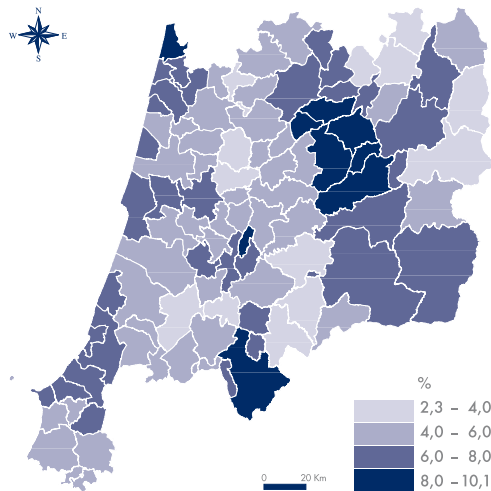
Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2010



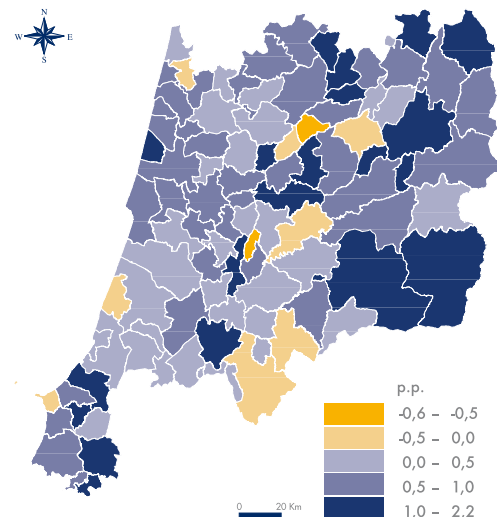
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2010



Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2009



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2010



EMPRESAS

¹⁷ De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

¹⁸ A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as acções de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência (DI), Declarada a Insolvência – Apresentada (DIA), Declarada a Insolvência – Requerida (DIR) e Em Plano de Insolvência (PI). O total de acções de insolvência inclui estas quatro classificações. As acções DI compreendem os casos de insuficiência da massa insolvente para respeitar as dívidas da empresa e as custas do processo em Tribunal bem como as situações de não existência de plano de insolvência. As acções DIA dizem respeito às que, tendo sido apresentadas pelos próprios, ainda se encontram em análise. As acções DIR também se encontram em avaliação, tendo sido apresentadas por terceiros. As acções PI correspondem às situações em que a empresa é considerada recuperável tanto pelo Administrador da Insolvência como pelos credores, tendo o plano de insolvência proposto por aquele sido aprovado em assembleia de credores.

A constituição de novas empresas no segundo trimestre de 2010 sofreu uma redução na Região Centro e um abrandamento do crescimento homólogo observado para o total do país. Os empréstimos concedidos às sociedades não financeiras nacionais registaram uma contracção, em termos reais, no segundo trimestre de 2010. Simultaneamente, verificou-se um aumento do peso do crédito vencido¹⁷ no crédito concedido, tendo-se registado, no trimestre em análise, o valor mais elevado dos últimos anos. O acréscimo nas dificuldades sentidas pelas empresas foi, igualmente, visível na subida do número de acções de insolvência¹⁸ registadas tanto em Portugal como na Região Centro, face a igual período do ano anterior.

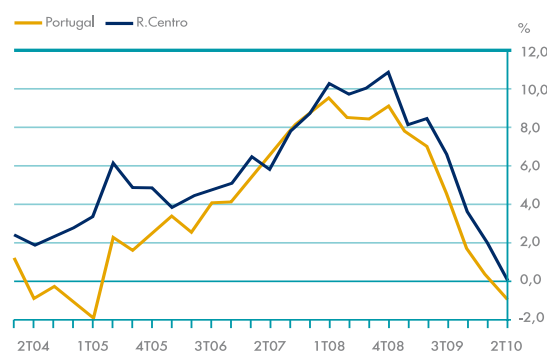
No segundo trimestre de 2010, foram criadas 7.529 novas empresas em Portugal e 1.374 na Região Centro, o que originou uma inversão na tendência de melhoria que se vinha a registar nos últimos trimestres (Quadro 7). Apesar de, no segundo trimestre de 2010, se ter observado em Portugal um menor crescimento homólogo na constituição de empresas que no período anterior, a sua evolução manteve-se positiva (0,8%). Já na Região Centro a variação no número de empresas criadas foi negativa (-1,7%), contrastando com o acréscimo homólogo registado no trimestre anterior (9%).

No que respeita ao financiamento concedido às sociedades não financeiras portuguesas, o segundo trimestre de 2010 foi marcado, pela primeira vez em cinco anos, por um recuo homólogo (-0,8%), expresso em termos reais. Na Região Centro o cenário não foi negativo, apesar da variação real ter sido, no entanto, praticamente nula (0,1%), mantendo-se a tendência de redução da variação homóloga real dos empréstimos concedidos iniciada no final de 2008.

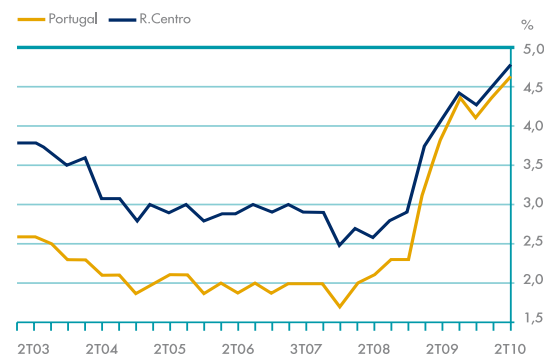
As instituições financeiras têm assistido, desde o final de 2008 a uma subida acentuada das situações de incumprimento dos empréstimos por parte das empresas, materializando-se, no segundo trimestre de 2010, num rácio do crédito vencido em percentagem do crédito concedido em Portugal e na Região Centro, de 4,6% e 4,8%, respectivamente. Tal como nos trimestres anteriores, houve maiores dificuldades na regularização dos créditos para com as instituições financeiras por parte das empresas da Região Centro comparativamente com o verificado a nível nacional.

No segundo trimestre de 2010 registaram-se 290 acções de insolvência na Região Centro, o que correspondeu a 19% das acções identificadas em Portugal e a um acréscimo significativo face a igual período do ano anterior, mais acentuado no caso do total nacional do que do regional.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas

		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
		Média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	7.529	9.204	7.440	7.037	7.472	7.683	8.794
	v.h. (%)	0,8	4,8	-7,3	-9,9	-14,0	-12,6	n.d.
Região Centro	número	1.374	1.754	1.383	1.317	1.398	1.427	1.543
	v.h. (%)	-1,7	9,0	0,1	-3,0	-9,0	-7,5	n.d.
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	123.580	122.470	122.386	122.771	123.364	122.583	117.468
	v.h. real (%)	-0,8	0,2	1,7	4,7	7,1	5,2	8,8
Região Centro	milhões €	19.149	18.940	18.960	18.983	18.938	18.844	17.810
	v.h. real (%)	0,1	2,1	3,7	6,7	8,5	6,7	10,2
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	4,6	4,4	4,1	4,4	3,9	3,9	2,2
Região Centro	%	4,8	4,5	4,3	4,4	4,1	4,2	2,8
Acções de Insolvência								
Portugal	número	1.498	1.305	1.122	900	913	956	651
	v.h. (%)	64,1	46,8	50,4	38,9	44,9	46,9	n.d.
Região Centro	número	290	266	218	197	193	192	128
	v.h. (%)	50,3	66,3	54,6	68,4	38,8	50,0	n.d.

n.d. – não disponível

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

As transacções internacionais de bens dos operadores sedeados, em Portugal e na Região Centro, registaram um incremento homólogo real¹⁹ do seu valor, no segundo trimestre de 2010, tendo as operações com o mercado extra-comunitário sido as que mais cresceram.

No segundo trimestre de 2010, observou-se um crescimento homólogo real das saídas de bens resultantes das transacções comerciais dos agentes com sede em Portugal e na Região Centro de 11,8% e 15,7%, respectivamente (Quadro 8). Estes valores traduziram-se em evoluções opostas, nos dois territórios, face ao trimestre anterior: enquanto em Portugal se assistiu a uma ligeira desaceleração das saídas, a região apresentou um incremento da variação homóloga real, mantendo desta forma, a tendência de melhoria que tinha vindo a apresentar. O crescimento mais significativo foi verificado no mercado extra-comunitário e, novamente, mais intenso na Região Centro, tendo os operadores aí sedeados exportado, em termos reais, mais 26,6% do que em igual período do ano anterior.

Fazendo uma análise das saídas regionais de bens segundo as secções da Nomenclatura Combinada consideradas²⁰, constatou-se, no segundo trimestre de 2010, um acréscimo real significativo na secção “Plástico, borracha e suas obras” (58,3%) e “Pastas de madeira e papel” (55,3%), as quais têm, desde o terceiro trimestre de 2009, evidenciado os crescimentos mais significativos. Em situação contrária, e com variações mais reduzidas, apresentaram-se os fluxos de saída de “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria”, “Produtos vegetais” e “Produtos animais”, os únicos a registarem decréscimos reais face ao segundo trimestre do ano anterior.

A evolução real das entradas de bens, no país e na região, tem vindo a registar melhorias sucessivas desde o início de 2009, pese embora ter havido variações homólogas positivas apenas nos dois primeiros trimestres de 2010. No segundo trimestre de 2010, o crescimento real foi de 12,2% em Portugal e de 8,6% na Região Centro. Na região, o acréscimo foi mais modesto que no território nacional, registando-se, no entanto, no mercado extra-comunitário, um crescimento homólogo real expressivo (31,6%), bastante superior ao verificado no primeiro trimestre de 2010. Também a nível nacional, houve um acréscimo real importante nas importações extra-comunitárias, no segundo trimestre de 2010.

Na Região Centro, a secção da Nomenclatura Combinada que apresentou o maior crescimento real das entradas de bens, face ao segundo trimestre de 2009 foi a “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria”(58,3%) que, já tinha sido assinalado como tendo apresentado o decréscimo homólogo mais acentuado ao nível das saídas regionais. As entradas de produtos das “Indústrias químicas e conexas” apresentaram igualmente um crescimento real homólogo muito significativo (41,0%). Por seu lado, as “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco”, os “Produtos vegetais” e “Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios” evidenciaram decréscimos homólogos reais acima dos 10%.

¹⁹ As taxas de variação real destas variáveis foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

²⁰ As secções da Nomenclatura Combinada consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*

		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Saídas									
Portugal	milhões €	9.127,9	8.659,4	8.333,8	7.981,6	7.788,6	7.911,9	9.737,6	
	v.h. real (%)	11,8	12,0	- 1,9	- 11,1	- 19,3	- 14,5	- 0,7	
Intra-comunitárias	milhões €	6.875,5	6.558,9	6.252,7	5.875,5	5.946,8	5.958,5	7.251,8	
	v.h. real (%)	10,3	11,1	2,3	- 9,6	- 18,4	- 13,5	- 4,1	
Extra-comunitárias	milhões €	2.252,5	2.100,5	2.081,2	2.106,1	1.841,7	1.953,4	2.485,8	
	v.h. real (%)	16,7	14,8	- 12,7	- 15,1	- 22,1	- 17,3	10,8	
Região Centro	milhões €	1.834,4	1.714,0	1.639,7	1.519,4	1.512,3	1.534,1	1.930,4	
	v.h. real (%)	15,7	14,1	- 3,9	- 10,2	- 22,0	- 16,3	3,6	
Intra-comunitárias	milhões €	1.426,9	1.343,0	1.287,9	1.202,4	1.205,2	1.212,8	1.576,8	
	v.h. real (%)	13,0	13,4	- 3,1	- 10,9	- 25,1	- 19,0	1,0	
Extra-comunitárias	milhões €	407,5	371,0	351,8	316,9	307,1	321,3	353,7	
	v.h. real (%)	26,6	17,0	- 6,9	- 7,5	- 6,6	- 4,4	17,0	
Totais (Intra + extra-comunitárias)									
Produtos animais	v.h. real (%)	- 1,3	2,1	- 15,2	- 10,1	- 24,8	- 17,2	4,4	
Produtos vegetais	v.h. real (%)	- 3,6	15,0	- 5,5	0,5	12,2	2,5	24,7	
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	2,8	- 4,8	- 4,6	4,9	1,3	- 0,6	3,5	
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	19,2	12,0	- 0,4	- 12,0	- 10,0	- 9,5	27,9	
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	58,3	56,2	16,5	8,1	- 25,0	- 12,3	11,6	
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v.h. real (%)	- 7,3	- 0,8	- 5,9	- 15,7	- 32,2	- 24,8	- 14,2	
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	55,3	33,7	18,1	9,7	- 4,9	5,0	87,2	
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	4,3	- 0,3	- 14,1	- 17,7	- 23,2	- 20,2	5,6	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	3,3	4,4	- 5,3	- 7,4	- 14,0	- 12,3	- 6,6	
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	20,2	23,9	7,7	- 17,1	- 32,3	- 20,0	- 1,1	
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	3,1	1,2	- 17,4	- 13,9	- 20,6	- 19,1	1,3	
Material de transporte	v.h. real (%)	10,7	22,1	- 5,5	- 22,4	- 32,9	- 28,2	- 9,9	
Entradas									
Portugal	milhões €	14.661,9	13.306,4	13.581,7	12.970,8	12.340,1	12.802,0	16.048,5	
	v.h. real (%)	12,2	6,9	- 2,5	- 9,2	- 17,1	- 11,7	2,4	
Intra-comunitárias	milhões €	10.954,4	10.063,3	10.642,3	10.128,4	9.569,2	10.051,7	12.001,7	
	v.h. real (%)	8,1	0,9	- 1,7	- 2,7	- 12,4	- 7,3	0,0	
Extra-comunitárias	milhões €	3.707,5	3.243,2	2.939,4	2.842,5	2.770,9	2.750,3	4.046,7	
	v.h. real (%)	26,3	31,1	- 5,5	- 26,4	- 29,9	- 24,8	10,2	
Região Centro	milhões €	1.470,3	1.345,1	1.279,3	1.231,0	1.278,4	1.256,1	1.788,1	
	v.h. real (%)	8,6	7,7	- 14,5	- 20,6	- 24,9	- 22,3	- 2,8	
Intra-comunitárias	milhões €	1.183,6	1.133,7	1.102,2	1.064,5	1.072,6	1.070,7	1.501,5	
	v.h. real (%)	4,2	7,5	- 13,3	- 19,0	- 24,9	- 21,1	- 2,0	
Extra-comunitárias	milhões €	286,7	211,4	177,1	166,5	205,7	185,4	286,6	
	v.h. real (%)	31,6	8,8	- 21,5	- 29,5	- 24,9	- 28,4	- 6,8	
Totais (Intra + extra-comunitárias)									
Produtos animais	v.h. real (%)	12,7	1,5	1,8	21,3	- 29,0	- 9,1	- 11,2	
Produtos vegetais	v.h. real (%)	- 11,6	3,4	- 36,8	- 24,4	5,5	- 22,7	8,7	
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	- 22,9	0,6	1,2	- 7,9	17,5	4,6	18,2	
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	41,0	12,7	- 5,3	9,4	- 21,7	- 7,2	8,2	
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	11,1	27,6	- 6,0	- 15,1	- 17,4	- 18,0	- 7,6	
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v.h. real (%)	58,3	23,6	- 10,7	- 2,5	- 25,9	- 17,3	- 12,5	
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	2,1	- 0,6	- 8,2	- 14,0	- 10,0	- 13,3	4,6	
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	1,6	10,8	- 17,2	- 15,2	- 22,1	- 21,1	- 7,5	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	6,1	- 1,9	- 22,5	- 23,3	- 39,1	- 29,1	- 7,3	
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	24,3	19,0	- 9,0	- 36,6	- 42,3	- 32,2	- 8,4	
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	- 10,2	- 18,7	- 36,2	- 42,5	- 28,1	- 33,9	6,3	
Material de transporte	v.h. real (%)	19,2	32,1	1,7	- 19,5	- 30,5	- 24,1	- 7,5	

* Os valores apresentados para 2007 e 2008 são dados revistos e os valores apresentados para 2009 e 2010 são dados preliminares.

TURISMO

A evolução da actividade turística no segundo trimestre de 2010 foi positiva na Região Centro, contrastando com o verificado em Portugal para o qual, dos cinco indicadores analisados relativos ao turismo, apenas o número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros teve um crescimento homólogo. A melhoria na actividade turística da região vem dar continuidade aos sinais que se têm vindo a fazer sentir no corrente ano.

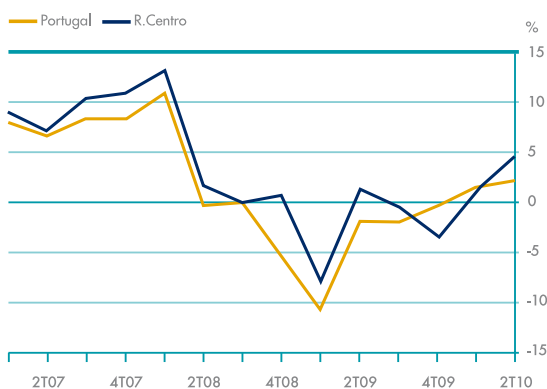
No segundo trimestre de 2010, continuaram a registar-se, tanto a nível nacional como na Região Centro, incrementos no número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros face a igual período de 2009, tal como tinha vindo a acontecer desde o início do ano. Desta forma, a variação homóloga do número de hóspedes em Portugal continua a apresentar uma trajectória ascendente iniciada no terceiro trimestre de 2009, registando um valor de 2,2%. A Região Centro tem demonstrado um comportamento mais oscilatório, evidenciando neste trimestre o maior crescimento homólogo desde há dois anos.

As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros ocorridas no segundo trimestre do presente ano observaram um comportamento diferente em Portugal e na Região Centro. Enquanto que a nível nacional foi registado um decréscimo de dormidas de 2,5% face a igual período do ano anterior, na Região Centro evidenciou-se um aumento de 0,8%.

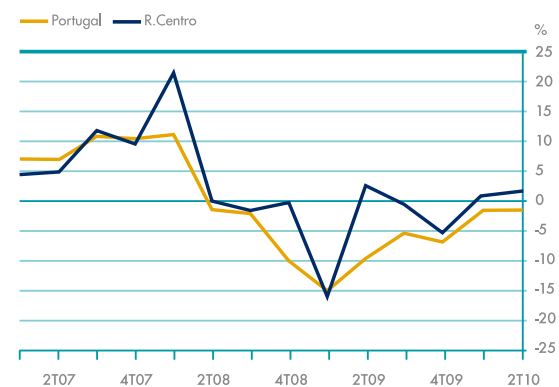
O número médio de noites que cada hóspede passou nos estabelecimentos hoteleiros portugueses (2,7 noites) manteve-se superior ao verificado na Região Centro (1,8 noites), tal como tem acontecido nos últimos anos. Comparando com igual período do ano anterior, observa-se que a estada média se manteve na Região Centro e diminuiu ligeiramente em Portugal o que, neste caso, seria de esperar devido à conjugação da redução homóloga do número de dormidas com o acréscimo homólogo dos hóspedes em estabelecimentos hoteleiros.

Os proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros, no segundo trimestre do ano, ascenderam em Portugal a 158 milhões de euros, tendo a Região Centro contribuído com 10,3% dessa facturação, ou seja, registando 16 milhões de euros. Eliminando a influência do nível geral de preços nos valores apresentados, isso correspondeu a um decréscimo homólogo real no caso português de 1,7% e a um aumento de 1,4% na Região Centro. Ao nível dos proveitos de aposento foi registado um movimento semelhante.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo

		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008	
								Média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	1.230	784	913	1.457	1.203	1.085	1.122	
	v.h. (%)	2,2	1,5	- 0,4	- 2,0	- 1,8	- 3,3	0,7	
Região Centro	milhares	195	127	151	229	186	173	176	
	v.h. (%)	4,7	1,2	- 3,4	- 0,6	1,3	- 2,1	3,0	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	3.272	1.990	2.285	4.557	3.356	3.038	3.264	
	v.h. (%)	- 2,5	1,8	- 5,2	- 4,7	- 4,4	- 6,9	- 1,4	
Região Centro	milhares	342	206	266	452	339	312	324	
	v.h. (%)	0,8	7,3	- 5,7	- 2,6	5,7	- 3,6	0,9	
Estada média									
Portugal	n.º de noites	2,7	2,5	2,5	3,1	2,8	2,8	2,9	
Região Centro	n.º de noites	1,8	1,6	1,8	2,0	1,8	1,8	1,8	
Proveitos totais									
Portugal	milhares €	157.995	95.186	113.661	222.542	159.180	147.986	163.539	
	v.h. real (%)	- 1,7	- 1,7	- 6,9	- 5,5	- 9,5	- 8,8	- 1,6	
Região Centro	milhares €	16.291	9.962	13.055	21.624	15.902	15.107	15.879	
	v.h. real (%)	1,4	0,9	- 5,2	- 1,0	2,3	- 4,1	2,7	
Proveitos de aposento									
Portugal	milhares €	105.701	60.657	72.947	158.485	106.656	100.005	110.298	
	v.h. real (%)	- 1,9	- 2,3	- 6,3	- 5,7	- 9,5	- 8,6	- 0,9	
Região Centro	milhares €	9.770	6.036	7.651	13.901	9.407	9.217	9.621	
	v.h. real (%)	2,8	1,9	- 3,9	- 1,6	2,8	- 3,4	2,5	

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O segundo trimestre de 2010 foi marcado, na Região Centro, por uma melhoria, tanto ao nível da conclusão como do licenciamento de novas construções de edifícios, sobretudo dos destinados à habitação familiar. O valor da avaliação bancária da habitação da região, no segundo trimestre de 2010, apesar de aumentar face ao trimestre homólogo, diminuiu ligeiramente face ao trimestre anterior invertendo a tendência de crescimento verificada desde o início de 2009.

A evolução do licenciamento de edifícios em Portugal e na Região Centro, no segundo trimestre de 2010, continuou a ser marcada por uma diminuição face a igual período do ano anterior, tendo atingido 10,6% em Portugal e 9,4% na Região Centro (Quadro 10). Apesar de inferior ao verificado em todo o ano de 2009, o decréscimo homólogo verificado representou um agravamento face ao trimestre anterior, mais vincado na Região Centro que em Portugal. Ainda assim, o licenciamento de novos edifícios para construção na região registou, pela primeira vez, nos últimos trimestres, uma variação homóloga positiva (1,2%), sendo para tal preponderante o aumento expressivo das licenças para construções de novos edifícios destinados à habitação familiar (7,0%). Este aumento foi acompanhado, como seria de esperar, pelo acréscimo homólogo das licenças de novos fogos para habitação familiar, na Região Centro, que no segundo trimestre de 2010, teve particular relevo (25,8%).

No segundo trimestre de 2010, os edifícios concluídos evidenciaram um acréscimo homólogo em Portugal de 5,9%. Na Região Centro a variação, face a igual período do ano anterior, foi de 12,9%. Este aumento observado na região vem acentuar a tendência de crescimento que se tem verificado desde o último trimestre de 2009 e contrasta com o abrandamento sentido em Portugal, no segundo trimestre de 2010. Ao nível da conclusão de edifícios destinados à habitação familiar na Região Centro, constatou-se, um crescimento homólogo expressivo (14,9%), sobretudo nas novas construções (16,9%), no segundo trimestre que, no entanto, foi mais contido que o evidenciado no trimestre anterior. Conclusão semelhante obtém-se da análise da variação da conclusão de novos fogos destinados à habitação familiar.

A variação homóloga dos preços de manutenção e reparação regular da habitação situou-se, no segundo trimestre de 2010, para o Continente, em 0,6%, valor idêntico ao registado no trimestre anterior. Na Região Centro, onde se registou um acréscimo homólogo do indicador em análise de 1,5%, verificou-se um abrandamento no crescimento homólogo dos preços da região, comparativamente com o trimestre anterior.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008
		Média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	n.º	7.118	7.013	7.034	7.765	7.963	7.647	9.747
	v.h. (%)	- 10,6	- 10,4	- 15,3	- 16,8	- 23,6	- 21,5	- 14,9
Região Centro	n.º	2.275	2.203	2.241	2.459	2.510	2.405	2.887
	v.h. (%)	- 9,4	- 8,5	- 9,7	- 11,0	- 20,4	- 16,7	- 12,7
para habitação familiar	n.º	1.549	1.419	1.491	1.595	1.599	1.570	1.990
	v.h. (%)	- 3,1	- 11,0	- 9,1	- 16,3	- 27,0	- 21,1	- 17,4
Construções novas - Edifícios	n.º	1.650	1.493	1.557	1.637	1.631	1.610	2.092
	v.h. (%)	1,2	- 7,6	- 9,3	- 19,1	- 29,0	- 23,0	- 15,7
para habitação familiar	v.h. (%)	7,0	- 8,0	- 5,9	- 21,4	- 32,9	- 24,9	- 19,7
Edifícios concluídos								
Portugal	n.º	10.198	10.619	10.764	10.511	9.631	10.099	10.525
	v.h. (%)	5,9	11,9	1,4	- 3,0	- 7,2	- 4,1	0,4
Região Centro	n.º	3.238	3.159	3.420	3.193	2.868	3.083	3.148
	v.h. (%)	12,9	10,8	6,0	- 2,5	- 5,5	- 2,1	1,4
para habitação familiar	n.º	2.529	2.496	2.652	2.472	2.202	2.372	2.430
	v.h. (%)	14,9	15,4	7,8	- 3,8	- 5,7	- 2,4	- 1,1
Construções novas - Edifícios	n.º	2.510	2.421	2.629	2.539	2.206	2.388	2.490
	v.h. (%)	13,8	11,2	4,2	- 3,1	- 8,4	- 4,1	- 0,9
para habitação familiar	v.h. (%)	16,9	18,5	7,4	- 4,4	- 7,8	- 3,7	- 2,9
Novos fogos para habitação familiar - Região Centro								
Licenciados	v.h. (%)	25,8	9,4	- 1,9	- 30,0	- 45,5	- 31,8	- 30,6
Concluídos	v.h. (%)	26,9	31,0	4,5	- 0,4	- 5,5	- 4,9	2,1
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação								
Continente	v.h. (%)	0,6	0,6	0,9	1,7	2,1	1,9	3,1
Região Centro	v.h. (%)	1,5	1,7	1,7	1,4	1,8	1,7	2,4
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.168,7	1.172,0	1.157,3	1.146,3	1.136,3	1.142,8	n.d.
Região Centro	€/m ²	973,3	977,7	964,0	956,3	939,0	947,4	n.d.

n.d. – não disponível

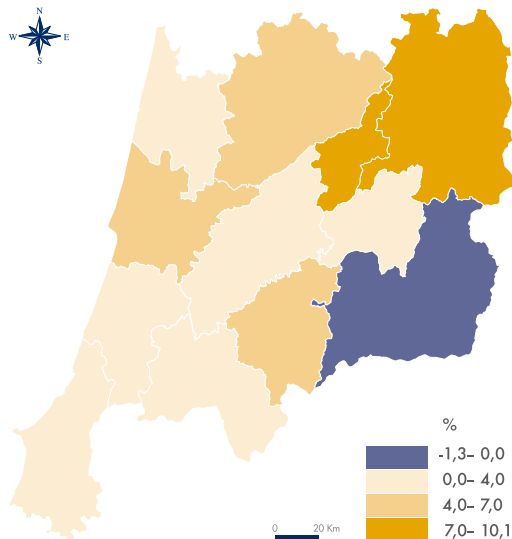
O segundo trimestre de 2010 foi marcado pela inversão na tendência crescente do valor da avaliação bancária, tanto a nível nacional como da Região Centro, mantendo-se, no entanto, com valores superiores aos registados no final de 2009. O preço, por metro quadrado, das habitações da Região Centro continuou, tal como em trimestres anteriores, a ser valorizado, pelas instituições bancárias, a um nível inferior ao de Portugal.

Eliminando o efeito do nível geral de preços sentido nos diferentes períodos, a avaliação bancária das habitações da Região Centro, registou uma variação homóloga positiva de 2,6%. Para este crescimento contribuíram a quase totalidade das regiões NUTS III que compõem a Região Centro. Exceptuou-se a Beira Interior Sul que registou uma variação homóloga real negativa (-1,3%), contrariando o crescimento evidenciado nos dois últimos trimestres. Os maiores crescimentos homólogos reais da avaliação bancária ocorreram nas sub-regiões localizadas no interior Norte da Região Centro: Serra da Estrela (10,1%), Beira Interior Norte (9,7%) e Dão Lafões (6,9%).

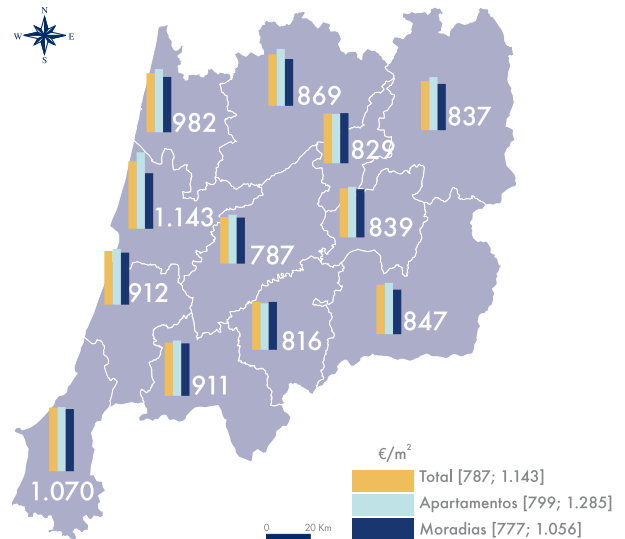
As quatro NUTS III localizadas na faixa litoral da Região Centro (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste) apresentaram, no segundo trimestre de 2010, os valores mais elevados de avaliação bancária da habitação da região, tendo o máximo sido atingido pelo Baixo Mondego (1.143€/m²). Inversamente, foi no interior da região que se encontraram as NUTS III com os menores valores do indicador em referência. Sobressai,

neste caso, o Pinhal Interior Norte com uma avaliação bancária da habitação de 787€/m². Conclusões ligeiramente diferentes foram retiradas da análise da informação desagregada por tipologia de habitação (apartamentos e moradias). Neste caso, o Pinhal Litoral deixa de figurar entre as quatro sub-regiões com valores mais elevados de avaliação bancária de apartamentos e de moradias, sendo ultrapassada pelo Dão Lafões (970€/m²), no caso de apartamentos, e pelo Médio Tejo (898€/m²), no de moradias.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2010



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2010



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

A taxa de inflação homóloga, no segundo trimestre de 2010, observou um acréscimo na Região Centro de 1,1%, superior ao registado em Portugal (1,0%). Mantém-se, assim, a trajectória ascendente dos preços face ao período homólogo, iniciada no presente ano. A contrastar, destacou-se a maioria dos indicadores adoptados para avaliar o comportamento do consumo regional, que observaram variações homólogas inferiores às do trimestre anterior, perspectivando uma contenção do mesmo, no segundo trimestre de 2010.

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) no segundo trimestre de 2010, quer para Portugal quer para a Região Centro, voltou a revelar, à semelhança do trimestre anterior, um comportamento positivo (Quadro 11). Esta oscilação do IPC foi ligeiramente mais intensa na região que no país, tendo a taxa de inflação homóloga atingido 1,0% para Portugal e 1,1% para a Região Centro. Observa-se assim, que o primeiro semestre do ano apresenta uma tendência inversa à verificada em igual período do ano anterior, já que se assiste a uma tendência de aceleração no crescimento dos preços. Para este crescimento foram significativas as variações homólogas positivas das classes “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (6,2%) e “Transportes” (4,2%). Já no primeiro trimestre tinham sido estas as classes com maior crescimento do nível médio dos preços, apesar de mais moderado do que o agora observado. Também a classe “Bebidas alcoólicas e tabaco” registou um importante crescimento homólogo dos preços (3,6%), no entanto mais esbatido que no primeiro trimestre. Registrando as maiores variações homólogas negativas dos preços estiveram as classes “Comunicações” (-2,7%) e “Saúde” (-1,5%).

Quadro 11 – Preços		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v.h. (%)	1,0	0,3	-0,7	-1,5	-1,1	-0,8	n.d.	
Região Centro	v.h. (%)	1,1	0,3	-0,6	-1,7	-1,4	-1,0	n.d.	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v.h. (%)	-1,4	-4,4	-4,9	-5,9	-2,6	-3,0	n.d.	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v.h. (%)	3,6	4,6	3,7	3,4	2,9	3,7	n.d.	
Vestuário e calçado	v.h. (%)	-0,3	-0,2	-2,1	-3,8	-2,7	-3,2	n.d.	
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	v.h. (%)	6,2	4,4	2,1	1,5	1,0	1,6	n.d.	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v.h. (%)	0,3	0,8	0,8	1,0	1,7	1,3	n.d.	
Saúde	v.h. (%)	-1,5	-2,6	-1,5	-1,8	-1,3	-1,4	n.d.	
Transportes	v.h. (%)	4,2	3,2	-0,3	-4,2	-5,9	-4,1	n.d.	
Comunicações	v.h. (%)	-2,7	-1,5	0,0	0,0	-2,0	-1,1	n.d.	
Lazer, recreação e cultura	v.h. (%)	-0,2	-0,2	-0,3	-0,1	0,6	0,1	n.d.	
Educação	v.h. (%)	1,3	1,3	1,5	2,4	2,3	2,1	n.d.	
Restaurantes e hotéis	v.h. (%)	0,8	0,7	1,1	2,1	2,2	2,0	n.d.	
Bens e serviços diversos	v.h. (%)	-0,4	0,1	1,5	1,8	2,3	2,1	n.d.	

n.d. – não disponível

O Quadro 12 apresenta um conjunto de variáveis indiciadoras da evolução do consumo privado tanto a nível nacional como da Região Centro. Da sua análise verificou-se ter havido um comportamento ligeiramente diferenciado dos indicadores, nos dois territórios, no segundo trimestre de 2010. Em Portugal, a maioria das variáveis apresentou um crescimento face a igual período do ano anterior, tendo apenas as receitas de cinema e as importações intra-comunitárias de bens de consumo registado um decréscimo homólogo real de 1,5% e de 1,0%, respectivamente. Já na Região Centro, a evolução dos indicadores apresentados perspectiva uma maior contenção no consumo regional. Observaram-se, adicionalmente à diminuição das receitas de cinema, variações homólogas negativas na actividade das caixas multibanco, cujos levantamentos e pagamentos inverteram a tendência positiva e registaram um decréscimo homólogo real de 2,1% e 5,5%, respectivamente. Em contraponto estiveram as compras realizadas em terminais de pagamento automático na Região Centro, as quais evidenciaram um forte crescimento homólogo real (20,7%), à semelhança do também importante aumento das importações intra-comunitárias de bens de consumo (38,0%).

Quadro 12 – Consumo Privado		2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	2009	2008	
		Média trimestral							
Importações intra-comunitárias (chegadas) de bens de consumo									
Portugal	v.h. real (%)	-1,0	-2,7	6,5	12,1	8,5	8,1	-0,5	
Região Centro	v.h. real (%)	38,0	47,5	69,2	84,1	50,6	63,0	-42,4	
Assinantes do serviço de televisão²⁰									
Portugal	v.h. (%)	11,8	11,9	10,6	10,5	10,9	9,3	x	
Região Centro	v.h. (%)	16,7	17,3	15,3	14,9	16,0	13,3	x	
Receitas de cinema									
Portugal	v.h. real (%)	-1,3	27,4	6,1	5,0	23,4	6,5	-1,4	
Região Centro	v.h. real (%)	-3,6	36,8	9,3	13,4	41,2	12,0	0,0	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v.h. real (%)	3,1	2,8	2,2	1,8	4,3	2,2	2,5	
Região Centro	v.h. real (%)	-2,1	2,9	2,6	2,0	11,4	4,0	2,8	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v.h. real (%)	2,4	4,1	0,4	6,5	2,3	2,3	3,7	
Região Centro	v.h. real (%)	-5,5	3,1	0,0	7,6	11,7	5,1	4,6	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v.h. real (%)	14,8	13,8	8,8	4,7	4,7	4,7	3,0	
Região Centro	v.h. real (%)	20,7	17,7	11,1	6,0	5,5	6,1	6,3	

²⁰ Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra óptica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

Até 30 de Junho de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovadas na Região Centro 8.297 candidaturas representando um investimento total de 8.343 milhões de euros e 3.241 milhões de euros de fundos comunitários. Estas candidaturas aprovadas na região correspondiam a 29,3% do número de projectos aprovados no país e 26,5% do total nacional de fundos comunitários atribuídos.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, em 30 de Junho de 2010, tinha sido aprovado um valor total de FEDER de 1.013 milhões de euros, mais 133 milhões de euros do que no final de Março de 2010. Também neste segundo trimestre se observou um importante aumento da despesa validada de FEDER, no âmbito do Mais Centro, a que correspondeu uma taxa de execução de 8,3%.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governança e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

Até ao final de Junho de 2010, no âmbito do QREN, foram apresentadas, por promotores da Região Centro, 17.505 candidaturas, das quais 8.297 foram aprovadas. O número de candidaturas aprovadas na região representava 29,3% do total de projectos aprovados no país e envolvia um valor de fundos comunitários que ascendia a 3.241 milhões de euros, ou seja, 26,5% do total de fundos aprovados no QREN em Portugal (Quadro 13). No trimestre em análise voltou a observar-se um importante crescimento dos projectos aprovados, o que se reflectiu num aumento, face a final de Março de 2010, de 8,2% do número de candidaturas aprovadas (mais 626 projectos) e de 14,7% do total de fundos aprovados na região (mais cerca de 415 milhões de euros).

Na Região Centro, à data de 30 de Junho de 2010, cerca de 87% das aprovações respeitavam a candidaturas no âmbito do PO PH (67,3%) e do Mais Centro (19,9%), o que se reflectiu de igual forma em termos dos fundos comunitários aprovados, uma vez que estes programas concentravam cerca de 66,1% (34,9% e 31,3%, respectivamente) do valor total de fundos comunitários aprovados na região.

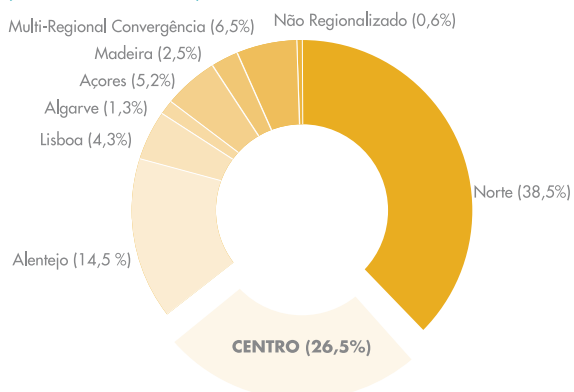
No Mais Centro, até ao final do segundo trimestre de 2010, as candidaturas aprovadas alavancavam um investimento total na região de 3.054 milhões de euros. Até esta data, tinha sido assim já aprovado um total de FEDER no valor de 1.013 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de cerca de 133 milhões

de euros face ao final de Março de 2010. Este valor de fundo aprovado na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, representava 25,4% do total de fundo FEDER aprovado na totalidade dos programas operacionais regionais do país. Na realidade, as três regiões de convergência do Continente concentravam 72% do total de FEDER aprovado no âmbito dos programas operacionais regionais bem como 87%, 80% e 83% dos fundos comunitários aprovados no PO PH, PO FC e PO VT, respectivamente.

Quadro 13 – O QREN na Região Centro
(30 de Junho de 2010)

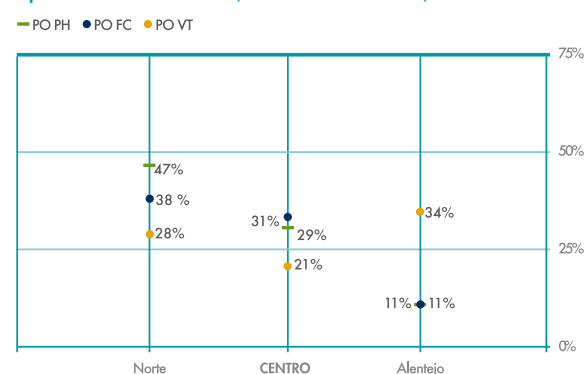
		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Candidaturas apresentadas	n.º	17.505	3.306	10.901	2.959	339
	% do total nacional	28,6	22,3	30,4	31,5	35,2
Investimento (custo) total	milhões €	18.288	4.896	5.360	6.044	1.988
	% do total nacional	32,0	30,1	28,4	42,8	25,6
Candidaturas aprovadas	n.º	8.297	1.651	5.580	954	112
	% do total nacional	29,3	24,3	31,4	29,4	32,0
Investimento (custo) total	milhões €	8.343	3.054	1.699	2.969	621
	% do total nacional	33,7	35,0	28,4	43,6	19,7
Investimento (custo) elegível	milhões €	6.533	1.713	1.699	2.542	580
	% do total nacional	30,9	26,6	28,4	43,1	20,9
Fundo comunitário	milhões €	3.241	1.013	1.131	697	400
	% do QREN (total) da região	100,0	31,3	34,9	21,5	12,4
	% do total nacional	26,5	25,4	28,5	31,0	20,7

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região
(30 de Junho de 2010)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 8", pág. 15

Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (30 de Junho de 2010)



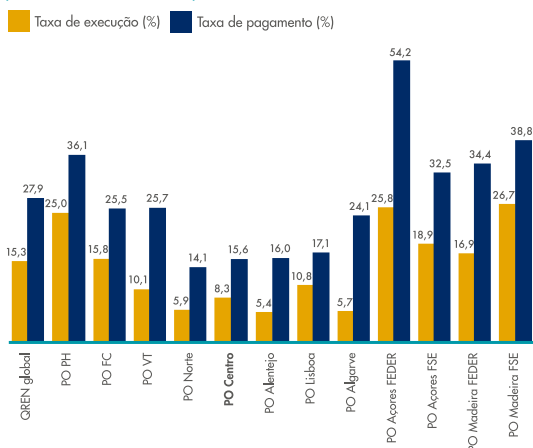
Até ao final de Junho de 2010, foram abertos no Mais Centro 284 concursos e períodos de candidatura para processo de selecção, reflectindo-se em 1.259 milhões de euros de fundo a concurso, ou seja, 74% da dotação total do Programa Operacional Regional (Quadro 14). Tendo em conta o valor de fundo comunitário FEDER programado para o Mais Centro (1.701,6 milhões de euros), para o período 2007-2013, nesta data encontrava-se já comprometido 59,5% desse valor (taxa de compromisso), mantendo-se o Mais Centro como o programa operacional regional de entre as regiões de convergência do Continente com um maior valor de taxa de compromisso.

O volume de despesa validada no Mais Centro atingiu, no final de Junho de 2010, o valor de 200,8 milhões de euros de investimento elegível, tendo aumentado 87 milhões de euros relativamente ao trimestre anterior, o maior aumento de volume de despesa validada num trimestre até agora observado. Até esta data, tinham já sido feitos pagamentos aos beneficiários do Mais Centro, a título de reembolso ou adiantamentos, no montante de 157,5 milhões de euros, o que se reflectiu no aumento da taxa de pagamento para 15,6%. Embora os adiantamentos à realização de despesa continuem a evidenciar alguma relevância, tem-se assistido a uma diminuição da taxa de reembolso ao longo dos trimestres, fixando-se em final de Junho em 112,1%. O montante de despesa validada de fundo comunitário, no âmbito do Mais Centro, representava 8,3% do total de fundo FEDER previsto executar durante o período de programação, tendo continuado a registar um importante aumento face aos trimestres anteriores e mantendo a Região Centro como a região de convergência do Continente com maior taxa de execução.

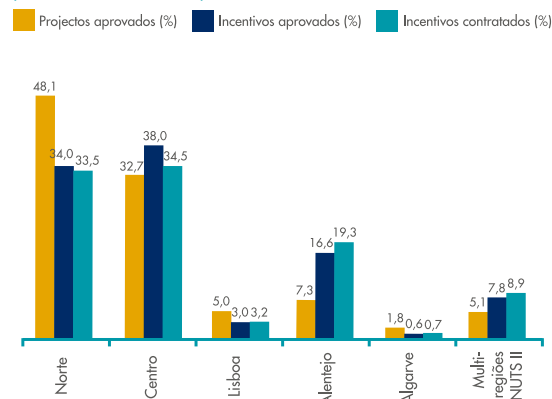
Relativamente às várias Agendas Temáticas, o posicionamento da Região Centro no que se refere à Agenda da Competitividade foi muito positivo, nomeadamente no que respeita ao Sistema de Incentivos. Se a 31 de Março de 2010, a Região Centro era a segunda região do Continente com maior valor de fundo aprovado nos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, em Junho esta situação alterou-se sendo agora a região com maior valor de incentivos aprovados (38%) e contratados (34,5%). Tal como nos trimestres anteriores, os projectos aprovados na região apresentavam uma elevada dimensão média em termos do valor de incentivo que envolvem, traduzindo-se num peso da região no total do Continente em termos de valor de incentivo aprovado superior ao registado em termos do número de aprovações.

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		Junho 2010	Março 2010	Dezembro 2009
Processo de selecção				
Total de concursos e períodos de candidatura	n.º	284	264	239
Fundo a concurso	milhões €	1.259	1.234	1.195
	% da dotação	74,0	72,5	70,2
Execução Financeira				
Despesa validada				
Investimento (custo) elegível	milhões €	200,8	113,8	79,9
Fundo comunitário	milhões €	140,6	83,0	58,6
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	157,5	98,0	75,6
Indicadores financeiros				
Taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo programado)	%	59,5	51,7	41,7
Taxa de execução (fundo validado/fundo programado)	%	8,3	4,9	3,4
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	13,9	9,4	8,2
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/fundo aprovado)	%	15,6	11,1	10,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/fundo validado)	%	112,1	118,1	129,1

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional (30 de Junho de 2010)



Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de Junho de 2010)



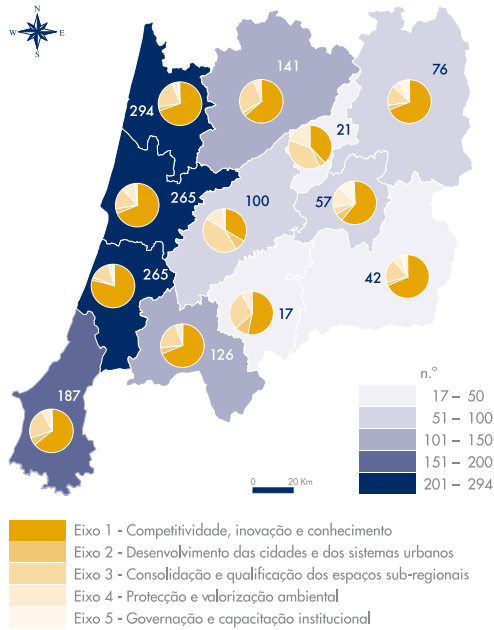
Analisado a distribuição infra-regional dos projectos e FEDER aprovados no âmbito do Mais Centro, à data de 30 de Junho de 2010, destacaram-se, tal como nos trimestres anteriores, as sub-regiões NUTS III do litoral: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste. Mais de metade do número total de candidaturas aprovadas no Mais Centro referiam-se a projectos localizados no Baixo Vouga, no Baixo Mondego e no Pinhal Litoral. Considerando também o Oeste, verificava-se que 63,5% das candidaturas aprovadas e 65,0% do fundo comunitário aprovado respeitavam a investimentos localizados nestas quatro sub-regiões litorais, registando assim um crescimento do peso destas NUTS III face a 31 de Março de 2010.

À semelhança do que se verificava nos trimestres anteriores, no Programa Operacional Regional, o valor total de FEDER aprovado nas várias sub-regiões encontrava-se concentrado, essencialmente, nas temáticas Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1), Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2) e Consolidação e qualificação

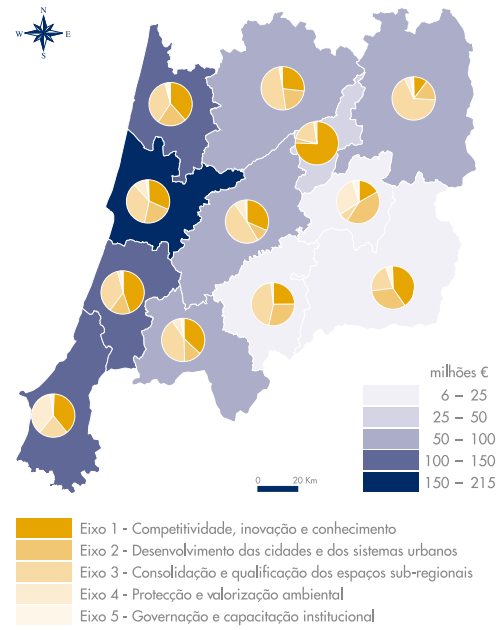
dos espaços sub-regionais (eixo 3), eixos que representavam, em termos de peso de FEDER aprovado no total da região, 36%, 18% e 39%, respectivamente. Apenas na Cova da Beira o eixo 4 (Protecção e Valorização Ambiental) revelava maior importância relativa que os eixos 1 e 3.

A distribuição sub-regional do fundo comunitário relativizado pela população residente e pelo número de projectos aprovados reforça a importância do Baixo Mondego e destaca a Beira Interior Norte e a Serra da Estrela. A importância destas duas sub-regiões do interior nestes dois indicadores advém da tipologia de projectos aprovados que envolvem montantes elevados. Na Beira Interior Norte deve-se, em grande medida, aos projectos aprovados no eixo 3 (nomeadamente com a aprovação da remodelação de infra-estruturas hospitalares, de ligações rodoviárias e de centros escolares) enquanto que na Serra da Estrela se deve, maioritariamente, à iniciativa privada (eixo 1). Destacam-se ainda duas sub-regiões por razões distintas: o Pinhal Interior Sul, por continuar a registar o menor número de projectos e de FEDER aprovados na região, verificando os valores mais baixos relativamente a estes dois indicadores, e o Pinhal Litoral porque, embora seja a terceira sub-região mais importante em termos dos valores aprovados no Mais Centro, registava um dos menores valores de fundo comunitário por projecto, uma vez que apesar de aí se localizarem muitos projectos de investimento aprovados, muitos deles envolviam, individualmente, um valor de fundo comunitário reduzido.

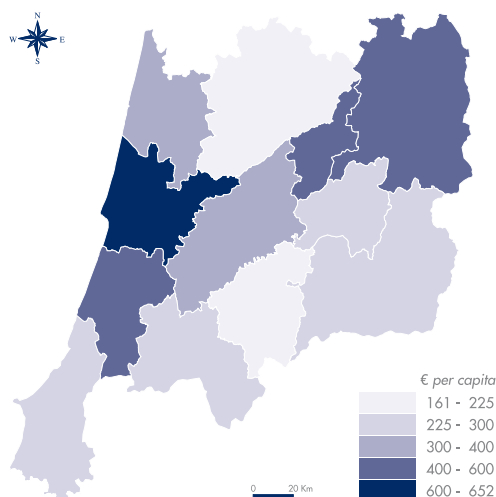
Projectos aprovados no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2010)



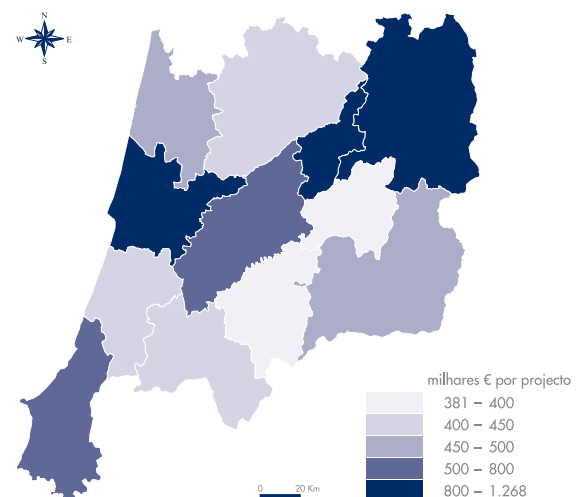
Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2010)



Fundo comunitário per capita no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2010)



Fundo comunitário por projecto no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2010)



PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL INTERREG IIIA 2000-2006

O programa de cooperação transfronteiriça Espanha–Portugal INTERREG IIIA, que decorreu no período 2000-2006, envolveu, na Região Centro, dois territórios de fronteira luso-espanhola distintos: Centro/Castilla y León e Centro/Alentejo/Extremadura (originando cada um destes territórios um subprograma próprio). No caso do subprograma Centro/Alentejo/Extremadura foram executados 32 projectos que resultaram num valor de FEDER executado na Região Centro de 24,7 milhões de euros.

O INTERREG III é um programa de iniciativa comunitária que compreende três vertentes de cooperação: cooperação transfronteiriça (INTERREG IIIA), cooperação transnacional (INTERREG IIIB) e cooperação inter-regional (INTERREG IIIC).

Em Portugal, o programa de cooperação transfronteiriça INTERREG IIIA Espanha-Portugal decorreu no período 2000-2006 e teve como objectivo principal desenvolver os territórios ao longo da fronteira luso-espanhola, através da implementação de estratégias conjuntas de cooperação económica, social e institucional. Este tipo de cooperação entre territórios fronteiriços vizinhos incidiu, essencialmente, nos seguintes domínios: promoção do desenvolvimento urbano, rural e costeiro; desenvolvimento da capacidade empresarial e das pequenas e médias empresas (PME), turismo e iniciativas locais de desenvolvimento e de emprego (ILDE); integração no mercado de trabalho e promoção da integração social; cooperação em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico, educação, cultura, comunicação, saúde e protecção civil; protecção do ambiente, eficiência energética e fontes de energia renováveis; infraestruturas básicas transfronteiriças, de transporte, informação, telecomunicações, sistemas hídricos e energéticos; cooperação jurídica e administrativa e cooperação entre cidadãos e instituições e assistência técnica.

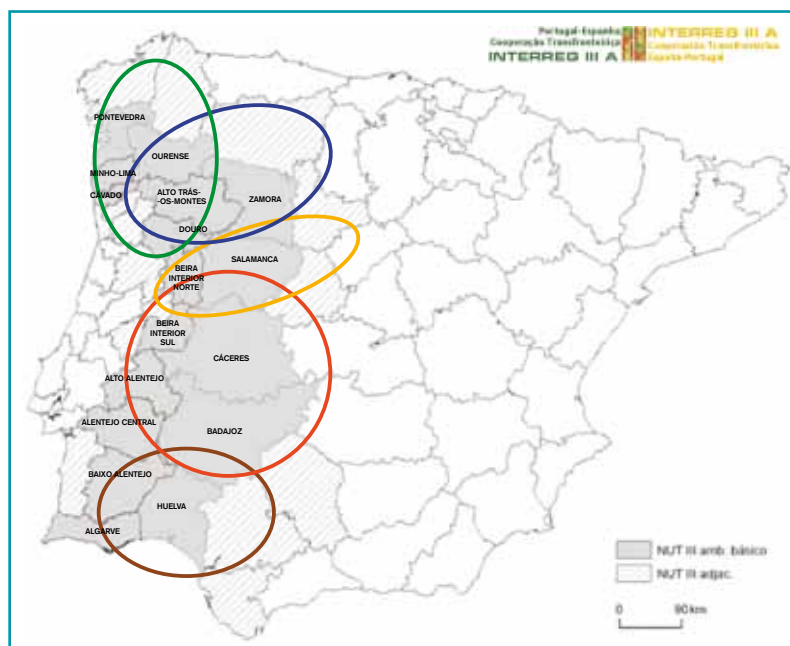
Este programa estava organizado em 4 eixos estratégicos de intervenção:

- Eixo 1. Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço
- Eixo 2. Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais
- Eixo 3. Desenvolvimento económico e promoção da empregabilidade
- Eixo 4. Fomento da cooperação e integração social e institucional

Estruturou-se ainda em cinco subprogramas de natureza territorial (a que acresceu um Subprograma Nacional).

O Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha, com programação entre 2000 e 2006 (mas cuja execução decorreu até 30 de Junho de 2009), envolveu uma despesa pública total de 1.098 milhões de euros a que correspondeu um FEDER de 823 milhões de euros.

INTERREG IIIA 2000 – 2006 – 5 Áreas de Cooperação



- Subprograma 1:** Norte/Galiza
- Subprograma 2:** Norte/Castilla y León
- Subprograma 3:** Centro/Castilla y León
- Subprograma 4:** Centro/Alentejo/Extremadura
- Subprograma 5:** Alentejo/Algarve/Andalucía

No caso da Região Centro, este programa integrou 2 subprogramas que envolviam o território de fronteira da Região Centro: o Subprograma 3. Centro/Castilla y León e o Subprograma 4. Centro/Alentejo/Extremadura. Neste Boletim apresentam-se os resultados do subprograma 4., sendo que na edição anterior se apresentaram já os resultados do subprograma 3.

SUBPROGRAMA CENTRO-ALENTEJO-EXTREMADURA

O espaço de cooperação entre as regiões de Extremadura, Alentejo e Centro de Portugal, definido para o Programa INTERREG IIIA - Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2000-2006, ao nível do âmbito básico, é constituído pelas Províncias de Cáceres e Badajoz, na Extremadura, pela Beira Interior Sul, na Região Centro e pelo Alto Alentejo e Alentejo Central, no Alentejo. Os territórios adjacentes, também elegíveis em algumas condições mais específicas, são, na Região Centro, as NUTS III Cova da Beira e Pinhal Interior Sul.

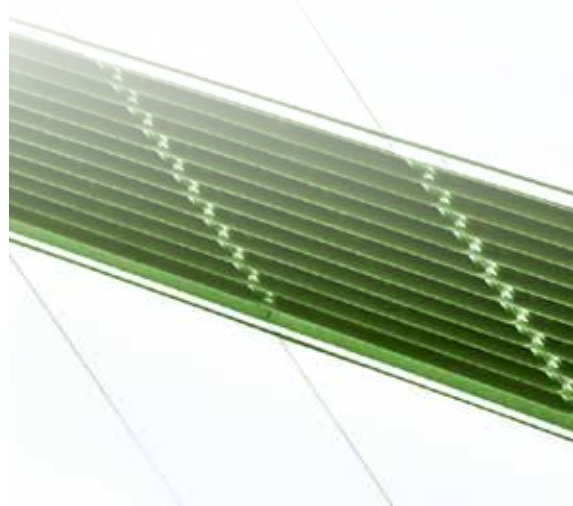
Neste subprograma foram executados 32 projectos envolvendo entidades da Região Centro, repartidos pelos quatro eixos. Estes projectos encontravam-se concentrados, essencialmente, nos eixos 2, relacionado com os recursos naturais e culturais (43,8%) e 3, relacionado com o desenvolvimento económico (25%). No entanto, em termos de FEDER executado, os maiores valores registaram-se em projectos dos eixos 1 (49,5%) e 2 (27,0%). O FEDER aprovado para os 32 projectos foi, na Região Centro, de 23.932 milhares de euros, sendo que no final do programa tinha sido executado nesta região um valor ligeiramente superior (24.679 milhares de euros), o que resultou numa taxa de execução deste subprograma de 103,1%.

Quadro 15 - Resultados do Programa INTERREG IIIA
Subprograma Centro/Alentejo/Extremadura

	Subprograma Centro/Alentejo/Extremadura		Região Centro			
	Projectos executados *		FEDER aprovado	FEDER executado		Taxa de execução
	N.º	%	milhares €	milhares €	%	%
Eixo 1 – Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	6	18,8	12.207,5	12.217,0	49,5	100,1
Eixo 2 – Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	14	43,8	6.816,8	6.654,4	27,0	97,6
Eixo 3 – Desenvolvimento económico e promoção da empregabilidade	8	25,0	4.675,2	5.626,9	22,8	120,4
Eixo 4 – Fomento da cooperação e integração social e institucional	4	12,5	232,8	180,8	0,7	77,7
TOTAL	32	100,0	23.932,3	24.679,1	100,0	103,1
TOTAL Programa INTERREG IIIA na Região Centro	86	–	48.089,1	49.912,3	–	103,8

* com parceiros da Região Centro

Os projectos do subprograma Centro/Alentejo/Extremadura evidenciam, claramente, quais as apostas concretizadas para estas unidades territoriais em termos da estratégia do Programa INTERREG IIIA: requalificação do património histórico construído para utilização com novas funções urbanas (exemplo da recuperação do Solar Ulisses Pardal - Museu do Canteiro, requalificação do Museu Arqueológico José Monteiro, recuperação do Convento de Sto. Estêvão, Centro de Artes Tradicionais em Idanha-a-Nova, entre outros); construção de novos equipamentos urbanos (Casa de Artes e Cultura do Tejo, em Vila Velha de Ródão, Museu dos Lanifícios - musealização do Núcleo da Real Fábrica Veiga, Centro Tecnológico Agro-alimentar em Castelo Branco); requalificação e melhoria das acessibilidades urbanas nas cidades e vilas da Beira Interior Sul (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão); criação de circuitos turísticos transfronteiriços (rota da lã, percursos pedestres associados ao rio Tejo) e dinamização de processos de cooperação em áreas relevantes para a vida dos cidadãos (saúde e educação) e das empresas (investigação e inovação em sectores como o agro-alimentar e cooperação empresarial) nos territórios de fronteira.



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

O PIB REGIONAL — UMA ANÁLISE APLICADA À REGIÃO CENTRO

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador habitualmente utilizado para aferir e comparar o grau de desenvolvimento dos países ou regiões, bem como o nível de bem-estar das famílias aí residentes. A leitura dos desempenhos relativos do PIB *per capita*²¹ nas várias regiões portuguesas permite avaliar, por um lado, as assimetrias regionais e a sua evolução e, por outro, os processos de convergência e de divergência observados nas regiões. Assume-se que há convergência sempre que as regiões tendem a aproximar-se da média nacional e/ou europeia, sendo que para isto é essencial que as regiões com um PIB mais reduzido cresçam mais rápido que as regiões com um PIB mais elevado. Num processo de convergência, em sentido lato, as assimetrias regionais diminuem quando o PIB *per capita* destas regiões está a aproximar-se do valor do produto nacional *per capita*. Esta convergência pode ocorrer por duas vias: o PIB *per capita* da região, estando abaixo da média, aumenta e como tal aproxima-se desta (convergência positiva) ou esta aproximação é através de uma diminuição do valor do PIB que estava acima da média (convergência negativa).

Quando as regiões se afastam da média, estão num processo de divergência. Esta divergência pode ocorrer também de duas formas: o PIB da região que está acima da média continua a aumentar (divergência positiva) ou o PIB da região que está abaixo da média continua a diminuir (divergência negativa).

A maior parte das vezes, tal como acontece com os países, vai-se assistindo nas regiões a dinâmicas distintas ao longo do tempo, emergindo situações em que ocorrem processos de convergência seguidos de situações em que as regiões divergem (e vice-versa).

²¹ O PIB *per capita* relaciona o PIB de um dado país ou região com a população aí residente e é calculado da seguinte forma: (PIB do país ou região/População média do país ou região).

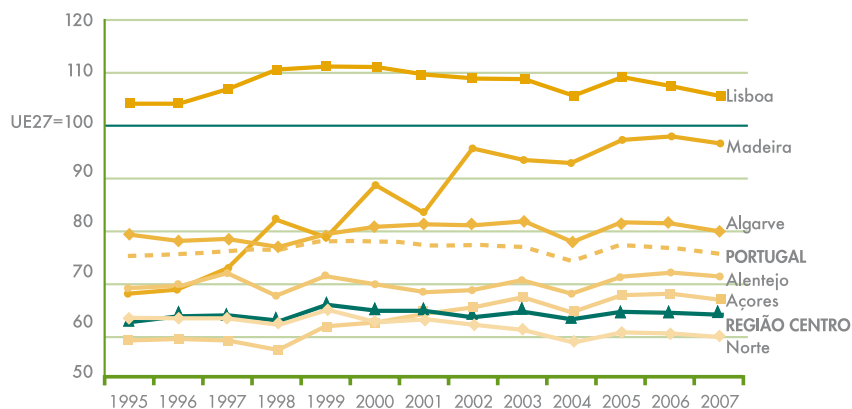


REGIÕES NUTS II PORTUGUEAS: CONVERGÊNCIA PARA A MÉDIA EUROPEIA (UE27) E PARA A MÉDIA NACIONAL

O Produto Interno Bruto *per capita* português, em paridades de poder de compra (PPC), era 75,5% da média europeia em 2007 contra 74,8% em 1995. Apesar de entre 1995 e 2007 Portugal ter convergido para a média europeia, o período em que o processo de convergência foi mais acentuado ocorreu entre 1995 e 1999, tendo-se registado um processo de divergência de 2000 a 2004. Em termos regionais, é evidente a disparidade entre os níveis de produto *per capita* das regiões e o nível médio da União Europeia (UE). Lisboa é a única região com um PIB *per capita* acima desta média em todo o período deste exercício (1995 a 2007), sendo também de destacar o desempenho das regiões da Madeira e do Algarve. Pelo contrário, os Açores eram a região mais distante da média até 2000, tomando, a partir desta data, esta última posição a região do Norte.

A Região Centro caracterizou-se por alguma estabilidade em todo o período, registando em 2007 um PIB *per capita* de 64,7% da média europeia (mais 1,4 pontos percentuais do que em 1995). Apesar desta estabilidade, destacaram-se dois momentos em que se assistiu a uma importante convergência positiva para a média europeia: 1998-1999 e 2002-2003.

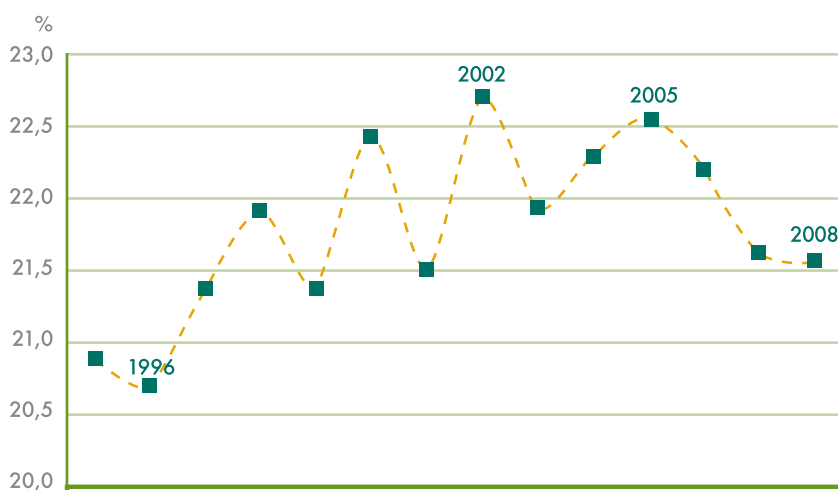
Produto Interno Bruto *per capita*, em PPC, por NUTS II
(UE27=100)



Se o afastamento é grande relativamente à média da União Europeia, como se situam as regiões portuguesas quando é comparado o seu PIB *per capita* com a média do país²²?

Uma forma de avaliar a disparidade inter-regional é através do coeficiente de variação, indicador estatístico que mede a variabilidade relativamente à média (neste caso, do PIB *per capita* entre as várias regiões NUTS II portuguesas ao longo do período 1995-2008)²³. Desta forma, coeficientes de variação menores implicam valores de PIB *per capita* mais próximos entre as várias regiões NUTS II, enquanto que coeficientes maiores significam maior variabilidade de valores e logo maiores assimetrias regionais captadas pelo PIB *per capita* regional. No período 1995-2008, foi em 1996 que as regiões portuguesas mais convergiram entre si. Após este ano, a evolução das disparidades mostra uma tendência crescente até 2005, data a partir da qual as regiões portuguesas voltaram a observar uma menor disparidade relativamente aos valores de PIB *per capita* registados em cada uma delas.

Coeficiente de variação: PIB *per capita* a preços correntes, por NUTS II



Analisando também a evolução do valor do PIB *per capita*, por regiões NUTS II, observa-se que três regiões do país superavam a média nacional: Lisboa, Madeira e Algarve. Se o bom desempenho de Lisboa em muito se deve à grande concentração de actividades e de emprego, já nos casos do Algarve e da Madeira deve-se essencialmente ao grande peso da actividade turística. Mais distantes do valor médio nacional encontravam-se os valores do PIB *per capita* registados no Norte e na Região Centro.

Comparando os valores do PIB *per capita* registados em 1995 e em 2008, verifica-se um processo de convergência positiva da Região Centro, do Alentejo e dos Açores (embora no período 2007-2008 das três apenas a Região Centro se aproximou da média nacional). O Algarve também convergiu mas de forma distinta: estando acima da média nacional, está a aproximar-se desta (convergência negativa). Lisboa registou o mesmo valor de PIB *per capita* em 1995 e em 2008.

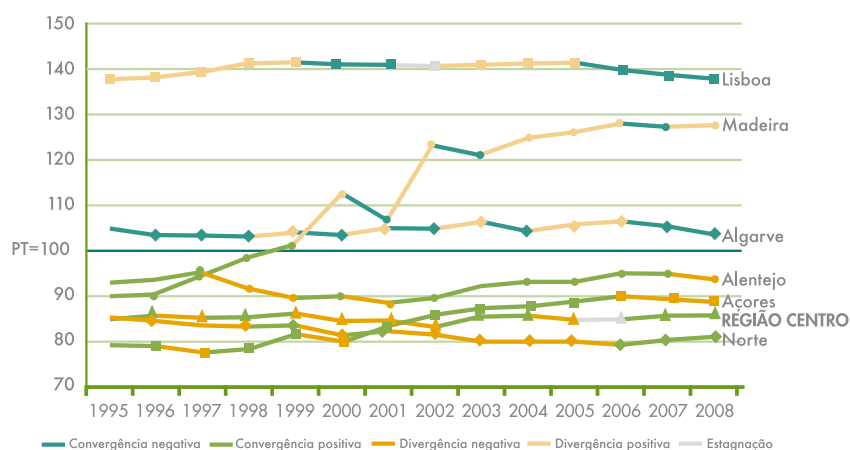
²² Para esta análise confinada ao país, utilizaram-se os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos às contas regionais, tendo por referência os valores nacionais anuais das contas nacionais trimestrais e das contas nacionais trimestrais por sector institucional. Estes dados foram recolhidos para o período disponível de 1995 a 2008, sendo os dados de 2007 e 2008 preliminares.

²³ O coeficiente de variação é calculado como o rácio entre o desvio padrão e a média: $[(\text{desvio padrão})/(\text{média})] \times 100$.

Da análise de toda a série 1995-2008, destacou-se o Norte por ter sido a única região que divergiu negativamente da média num período longo (desde 2001 até 2007) pois já estando abaixo da média nacional, continuou a distanciar-se. Em 2007 e 2008, o valor do PIB *per capita* do Norte aumentou, tendo-se registado uma ligeira aproximação à média do país. A Madeira tem divergido, ao longo dos anos analisados, mas de forma positiva, já que estando acima da média nacional continua a afastar-se dado o crescimento do seu PIB. Já as outras duas regiões que se mantêm acima da média nacional - Lisboa e o Algarve - observaram um processo de convergência negativa nos dois últimos anos.

**Produto Interno Bruto *per capita*, a preços correntes, por NUTS II
(Portugal=100)**

	Norte	Região Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1995	84,7	84,7	137,6	92,9	104,7	78,8	89,4
1996	84,4	85,6	137,8	93,3	103,3	78,9	90,0
1997	83,5	84,5	139,2	94,8	103,1	77,3	93,8
1998	82,9	84,8	141,0	91,4	102,9	78,1	98,1
1999	83,0	85,7	141,1	89,3	103,6	81,3	100,9
2000	80,8	84,2	140,8	90,0	103,3	80,0	112,5
2001	81,7	84,1	140,5	88,1	104,8	83,3	106,3
2002	80,9	83,2	140,5	89,3	104,6	85,5	122,9
2003	79,7	85,0	140,6	91,7	106,0	87,2	121,1
2004	79,6	85,4	140,9	92,7	104,4	87,6	124,8
2005	79,4	84,4	141,1	92,9	105,7	88,7	126,2
2006	78,9	84,4	139,5	94,6	106,1	89,8	127,9
2007	79,9	85,1	138,3	94,8	105,2	89,0	127,3
2008	80,3	85,4	137,6	93,6	103,2	88,5	127,4



REGIÃO CENTRO: CONVERGÊNCIA PARA A MÉDIA NACIONAL E CONVERGÊNCIA INTRA-REGIONAL

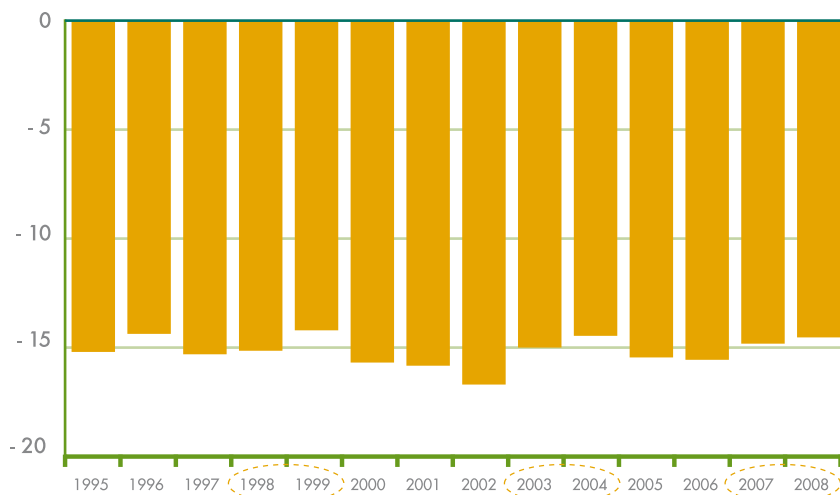
Focando a análise no território da Região Centro, observou-se que, no período em análise, o PIB *per capita* desta região se manteve sempre muito próximo de 85% da média nacional, caracterizando-se assim por alguma estabilidade na sua evolução.

Relativamente às restantes regiões, a Região Centro manteve-se em 2008 como a segunda região mais afastada da média nacional. De 1996 a 2001, o PIB *per capita* da Região Centro superou o registado nos Açores e no Norte. No entanto, o processo evidente de convergência observado a partir de 2002 pelos Açores situou esta região insular em valores de PIB superiores aos das duas outras regiões (Centro e Norte) do actual objectivo convergência²⁴ do país definido no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Na generalidade dos anos do período em análise, a Região Centro tem convergido positivamente para a média nacional, como se pode observar pela evolução do diferencial de convergência da região (*gap*), ou seja, do distanciamento, em pontos, do índice do PIB *per capita* registado na Região Centro relativamente ao valor da média nacional 100. Verificou-se a uma melhoria entre o valor observado em 1995 e em 2008. No período intermédio, assistiram-se a algumas oscilações com movimentos de aproximação e afastamento relativo da região. No entanto, destacavam-se dois períodos mais negativos e de recuo da actividade económica regional face à média do país: 2000-2002 e 2005, que implicaram um esforço adicional dos agentes económicos da região nos anos seguintes. Positivamente, os períodos de maior convergência relativamente à média nacional foram: 1998-1999, 2003-2004 e nos últimos dois anos de análise (2007-2008). Em 2007 e 2008, o Centro e o Norte foram as duas únicas regiões que, apesar de estarem mais afastadas da média nacional, se aproximaram positivamente dessa média.

²⁴ Para a classificação das regiões, no âmbito do QREN, foi tomado como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia. As regiões portuguesas foram classificadas em: regiões de convergência (quando esse valor do PIB *per capita* é inferior a 75% da média da União Europeia - Norte, Centro, Alentejo e Açores), região *phasing-out* (Algarve), região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

Diferencial de convergência da Região Centro relativamente à média nacional (Portugal=100)



A Região Centro é constituída por 12 sub-regiões com características muito distintas no que respeita à competitividade e à coesão dos territórios. É assim claro que em termos do peso da actividade económica e da evolução do PIB *per capita* esta diferenciação seja também notória.

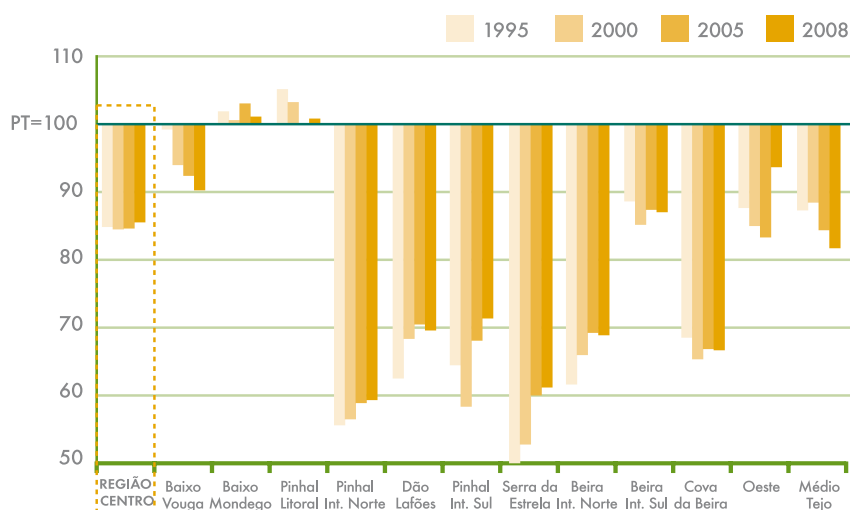
De igual modo, em termos intra-regionais também se observam dinâmicas distintas de aproximação e afastamento relativo das sub-regiões NUTS III da Região Centro. Dos valores do PIB *per capita* registados em 1995 e em 2008, apenas duas sub-regiões - o Baixo Mondego e o Pinhal Litoral - se mantiveram acima da média nacional, apesar de se estarem a aproximar dessa média. O Baixo Vouga, no litoral, em conjunto com as sub-regiões Beira Interior Sul, Cova da Beira e Médio Tejo foram as únicas sub-regiões que divergiram, já que estando aquém da média nacional se afastaram ainda mais. As restantes seis NUTS III – cinco de um território contíguo do interior (Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Beira Interior Norte) e apenas o Oeste do litoral, convergiram positivamente, ou seja, registaram um PIB *per capita* mais próximo do valor nacional.

Tendo em conta que as dinâmicas ao longo do tempo são, então, distintas, analisaram-se as evoluções para alguns sub-períodos: de 1995 para 2000, de 2000 para 2005 e de 2005 para 2008. O período em que se observou uma maior redução das assimetrias regionais foi de 2000 para 2005.

Verifica-se que o Baixo Vouga é a única sub-região que em todos estes períodos observou um afastamento face ao valor do país. Pelo contrário, apenas duas NUTS III evidenciaram um processo de convergência consistente, aproximando-se permanentemente da média: Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela. As restantes regiões intercalaram movimentos diferentes, destacando-se, contudo, a melhoria do posicionamento relativo das NUTS do interior.

A Região Centro que observou alguma estabilidade na evolução do PIB *per capita*, apresenta uma mancha de convergência positiva no interior que contrasta com os valores registados no litoral.

Evolução do Produto Interno Bruto *per capita*, a preços correntes, Portugal = 100



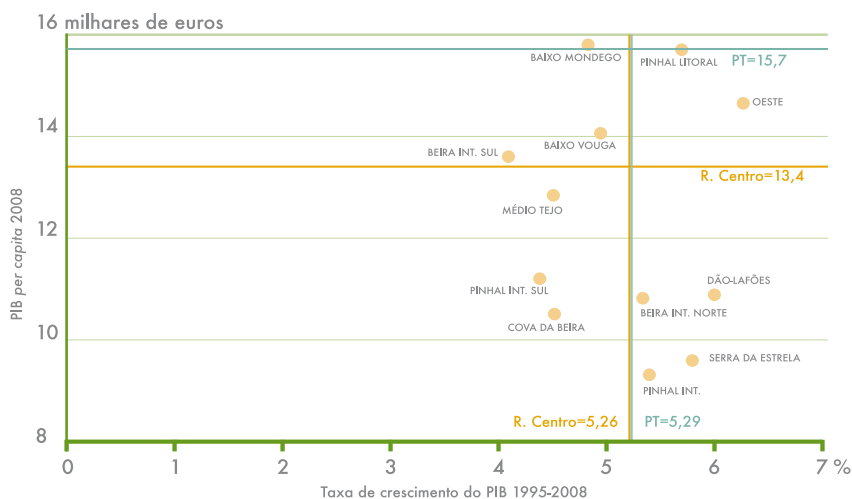
A figura seguinte relaciona o PIB per capita, a preços correntes, registado em cada unidade territorial em 2008 com a taxa de crescimento média anual entre o ano de 1995 e o ano de 2008. Dada a insuficiência de dados sub-regionais, não foi possível calcular a taxa de crescimento média real por forma a isolar o crescimento do produto em volume do crescimento que decorreu apenas de variações de preços. Deste modo, as taxas de crescimento apresentadas, em termos nominais, apresentam valores superiores aos que constariam em termos reais²⁵.

O Pinhal Litoral e o Oeste são as sub-regiões que mais se destacaram entre 1995 e 2008, uma vez que foram as únicas que cresceram acima da média regional e nacional e que registaram, simultaneamente, em 2008, valores de PIB *per capita* também acima da média da Região Centro. Com um comportamento também positivo observam-se dois grupos de regiões: um deles constituído pelo Baixo Mondego, Baixo Vouga e Beira Interior Sul, sub-regiões com elevados valores de PIB per capita em 2008 (acima da média regional) mas com um crescimento do PIB ainda aquém do observado em termos médios na Região Centro e em Portugal, e um segundo grupo de regiões constituído por Dão-Lafões, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Norte que, apesar do elevado crescimento do PIB entre 1995 e 2008, se mantêm com valores de PIB per capita reduzidos.

O Médio Tejo, Pinhal Interior Sul e Cova da Beira foram as sub-regiões que evidenciaram o pior desempenho já que cresceram abaixo da média entre 1995 e 2008, mantendo os seus valores de PIB *per capita* aquém da média regional.

²⁵ A taxa de crescimento média real anual entre 1995 e 2008 foi de 2,14% para Portugal e de 2,25% para a Região Centro, enquanto a taxa de crescimento média nominal anual aqui apresentada foi de 5,29% e 5,26%, respectivamente.

PIB per capita e taxa de crescimento média anual do PIB 1995-2008



FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

• Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2009)

• Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE - Serviços Portugal, S.A.
 - Acções de insolvência
 - Empresas constituídas

• Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções seleccionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

• Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), Tipo de Comércio
- Boletim Mensal de Estatística
- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- ANACOM- Autoridade Nacional de Comunicações
- Assinantes do serviço de televisão

• Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 5, 6 e 7
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

• Programa de Cooperação Transfronteiriça ESPANHA – PORTUGAL — INTERREG IIIA 2000-2006

- DGDR- Direcção Geral de Desenvolvimento Regional
- DGFCFT- Direcção Geral dos Fundos Comunitários e do Financiamento Territorial

DINÁMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

• O PIB regional – uma análise aplicada à Região Centro

- INE – Contas Regionais
- INE – Contas Nacionais Anuais
- INE e Eurostat, PPC

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2010 foi recolhida até ao dia 10 de Setembro de 2010.

